

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS

KAUAN OLIVEIRA CANDIDO DE LIMA

e49210

<https://doi.org/10.63026/acertte.v4i9.210>

**CRÍTICA AO MODELO MACROECONÔMICO BRASILEIRO A PARTIR DO PLANO
REAL E POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Osasco 2022

KAUAN OLIVEIRA CANDIDO DE LIMA

**CRÍTICA AO MODELO MACROECONÔMICO BRASILEIRO A PARTIR DO PLANO
REAL E POSSÍVEIS SOLUÇÕES**

Projeto de Monografia apresentado à Escola Paulista de Política Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Marcelo Soares de Carvalho

Osasco 2022

Dedicatória

Dedico essa monografia a toda minha família, especialmente aos meus pais Kelly Cristina e Alessandro, a minha avó Maria Lúcia (in memoriam) que sempre investiram financeiramente quanto ao tempo dedicado a meu aprendizado desde o início dos meus estudos, com todo meu amor, ternura e gratidão.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a minha família, em especial meus pais Kelly Cristina e Alessandro, que puderam proporcionar o investimento necessário para que além da conclusão desta monografia, eu concluísse toda minha trajetória acadêmica com conforto, sem o apoio e o amor deles não conseguiria atingir esse objetivo. Sou grato ao tempo que foi dedicado a mim para aprendizado e assimilação de conteúdo desde o jardim da infância e sinto um amor incomensurável e uma ternura incomparável da minha avó Maria Lúcia (in memoriam).

Agradeço também aos amigos que a Universidade me proporcionou e carregarei esses laços eternamente, Gabriel e Izabella. Principalmente a Izabella por ter se tornado uma pessoa tão importante sendo um porto seguro no ambiente acadêmico por compartilhar e ensinar tantas coisas não somente nas unidades curriculares, mas também na vida.

Um agradecimento com muita admiração ao meu orientador Marcelo Soares Carvalho, que teve muita paciência e me orientou de forma magnífica, e também a todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica dentro da UNIFESP.

Resumo

O Brasil adotou em 1999 como modelo de referência da gestão Macroeconômica o Novo Consenso Macroeconômico do final dos anos 1980, onde implementou o famoso Tripé Macroeconômico, e desde então políticos, policy makers e outras figuras aprofundam a política adotada seja pela promulgação de leis e reformas constitucionais, seja pelas convenções sociais criadas nessas mais de duas décadas que o modelo vigente seria o mais coreto para o país. Porém desde implementação do modelo e com todo aprofundamento que ele teve, ele não tem correspondido as expectativas, pelo contrário, apenas desencadeou um processo de desindustrialização e estagnação do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional. Proponho um resgate da história econômica recente do Brasil e uma reflexão de como o país pode super o modelo que está vigente.

Palavras-chave: Macroeconomia. Tripé Macroeconômico. Novo Consenso Macroeconômico. Projeto

Abstract

In 1999 Brazil adopted the New Macroeconomic Consensus of the late 1980s as a reference model for Macroeconomic management, where it implemented the famous Macroeconomic Tripod, and since then politicians, policy makers and Other figures have deepened the policy adopted either through the enactment of laws and reforms constitutional, or because of the social conventions created in these more than two decades that the current model would be the most correct for the country. However, since the implementation of the model and with all the deepening it has had, it hasnot lived up to expectations, on the contrary, it has only triggered a process of deindustrialization and stagnation of economic growth and national development. I propose a review of Brazil's recent economic history and a reflection on how the country can overcome the current model.

Keywords: Macroeconomic. Macroeconomic Tripod. New Macroeconomic Consensus. Project

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 MACROECONOMIA	6
2.1 Keynes, Kalecki e o ponto de demanda efetiva	7
2.2 Síntese do debate desde 1930.....	11
2.3 O NCM	18
3 A ECONOMIA BRASILEIRA E O NCM	22
3.1 Crise e ajuste: período anterior ao plano real.....	28
3.2 O plano Real e o advento do tripé macroeconômico	34
4. ANÁLISE CRÍTICA, PROPOSTAS E ALTERNATIVAS	38
4.1 O NCM e suas limitações.....	42
4.2 As alternativas teóricas e práticas.....	45
5 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1 INTRODUÇÃO

A Macroeconomia nasceu com a publicação da Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda de 1936 de John Maynard Keynes, no contexto de solucionar o problema da Grande Depressão após a Crise de 1929, onde foi uma verdadeira revolução no modo de se olhar a economia e se pensar ela, pois trazia para o âmbito geral, se propunha a olhar pela perspectiva do agregado.

Com a revolução keynesiana e o surgimento de uma nova unidade curricular na economia, surgiram uma série de outras correntes de pensamento que faziam contraponto a Keynes, monetaristas, novos-clássicos, novos-keynesianos e entre outras, a única que seguiu a orientação de forma fiel a Keynes foi os pós-keynesianos. Os novos-keynesianos apesar de fazer menção ao patrono da unidade curricular faz um contraponto feroz e foi responsável por impor o período da Grande Moderação que o Novo Consenso Macroeconômico foi hegemônico.

O Brasil em difícil situação econômica após a implantação do Plano Real, em janeiro de 1999 (BRESSER, 2013) aderiu de vez a forma mais acabada do Novo Consenso, implantando o famoso Tripé Macroeconômico para pacificar os anseios do mercado e controlar a forte pressão que a nova moeda passava.

A monografia para explicar melhor os fatos, no primeiro capítulo será recapitulado a origem da macroeconomia e o debate desde os anos 1930 entre as escolas de pensamento, e será demonstrado o que é o Novo Consenso Macroeconômico.

O Segundo capítulo será feito um resgate da história econômica recente do Brasil, entendendo o que aconteceu antes do plano Real que realmente estabilizou o processo inflacionário que ocorria e o que aconteceu após a estabilização de preços e o advento do tripé econômico.

Por fim o terceiro capítulo fará uma análise crítica demonstrando as limitações do Novo Consenso Macroeconômico e propondo alternativas práticas e teóricas para que o país possa sair da situação de renda média e consiga alcançar crescimento, desenvolvimento e equidade social.

Assim dessa forma, a monografia se propõe a criticar o Tripé e sua origem a fim de romper com ele e pensar em uma nova alternativa de uma política macroeconômica ativa que desenvolva um pensamento original e colocando em reflexão o leitor para possa entender qual projeto de país cabe para o Brasil.

2 MACROECONOMIA

A Macroeconomia nasceu com ímpeto de revolucionar a economia e questionar o que já havia sido posto desde o nascimento da economia como ciência, porém com a necessidade clara de explicar o fenômeno da Grande Depressão derivada da Crise de 1929. Com a Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda de 1936 Keynes revolucionou a ciências econômicas para sempre, criando uma unidade curricular que estaria presentes nas mais diversas universidades e que mais geraria debate na categoria e que mais modificaria a vida das pessoas ao redor do mundo.

A macroeconomia nasce se contrapondo ao individualismo metodológico da economia clássica de estudar o comportamento da firma ou da demanda de forma individualizada, para estudar de forma agregada. A ruptura promovida por Keynes foi bem-sucedida pois mesmo de quase 100 anos depois, novo pontos de vistas quem tentam explicar o mundo surgem, se contrapondo um ao outro de maneira que enriquece não apenas a cátedra de economia, mas também a ciência.

O estudo dos grandes agregados se tornou o centro não apenas da economia, mas também da política, pois se percebeu de maneira mais nítida que com os termos criados por Keynes era possível controlar certas variáveis que antes eram deixadas a mercê da lei de mercado, que são essenciais para o ser humano, como o trabalho que promove condições de subsistência básica como alimentação e moradia.

O período da Grande Depressão foi imprescindível para que houvesse a procura de algo que pudesse responder o cenário desolador que a sociedade se encontrava. Uma ferramenta de transformação econômica por poder manipular variáveis de forma mais clara e simplificada melhorando processos e tornando cada vez mais efetivo sobre vidas humanas, social pois a perseguição do pleno emprego gera um bem-estar social que gera um ciclo virtuoso de modo que a palavra civilização a torna mais sólida com esse novo conceito, e pessoal pois consegue despertar ambições, sonhos e proporcionar tranquilidade individual pela segurança criada na sociedade

Por fim a macroeconomia coroa o conhecimento econômico, mas alavanca e atualiza o status de civilização a humanidade por ser uma ferramenta que exclui a inconstância das leis de mercado e trás dignidade a sociedade de

maneira que agora as flutuações são causadas por fatores políticos e não mais técnicos.

2.1 Keynes, Kalecki e o ponto de demanda efetiva

Demanda Efetiva é o ponto de argumentação mais importante de Keynes para explicar o motivo do desemprego involuntário, já que a demanda efetiva é o que de fato é demandado de forma agregada numa economia nacional e não como possível aquisição de bens e serviços, esse argumento ficou conhecido como princípio da demanda efetiva que por fim determina o nível de renda e produto de uma economia nacional.

A renda determinada pelo ponto de demanda efetiva é sustentada pela autonomia do gasto seja pelo simples consumo ou pela contínua necessidade do investimento, já que através do investimento a economia desabrocha e consegue alocar novos indivíduos no mercado de trabalho, sempre tentando chegar no Pleno Emprego, dessa maneira a centralidade do gasto autônomo para que o ponto de demanda efetiva seja maximizado é executado pelo Estado já que o setor privado não consegue assumir essa responsabilidade pelo cenário de incerteza fundamental tanto no curto quanto no longo prazo.

Já a Lei de Say que é o contraponto da Demanda Efetiva de Keynes, que grosso modo seria que “Toda oferta cria sua própria demanda” (KEYNES, 1937) que obrigatoriamente por essa definição seria que a produção de novas mercadorias geraria demanda por outras mercadorias de forma cíclica e não conseguia explicar uma crise de superprodução como ocorreu nos anos 1930.

Keynes começa a crítica à economia ortodoxa onde seria mais urgente a solução, o mercado de trabalho, onde além de criticar a ortodoxia poderia demonstrar o princípio da demanda efetiva. Seguindo os princípios da Lei de Say, dado um volume de produção, a oferta de trabalho se ajusta perfeitamente a demanda por trabalho, desta maneira não teria barreiras para o Pleno Emprego já que existiriam infinitos pontos de equilíbrio, não existindo assim o desemprego involuntário. Sendo que o mercado de trabalho é subordinado às expectativas do gasto autônomo agregado.

Explicada o princípio da demanda efetiva podemos entender a teoria que inaugura a cátedra da macroeconomia, dado que o nível de trabalho aumenta,

juntamente com a renda e o consumo agregado caminha na mesma direção mas não com tanta intensidade que a renda, para compensar os possíveis desequilíbrios do aumento do consumo ocasionado pelo aumento da renda (inflação), os empresários deveriam se movimentar no sentido do Investimento a fim de aumentar e preservar seus lucros no mercado competitivo moderno (KEYNES, 1936), porém na esmagadora maioria das vezes o mercado privado não assume esse papel, cabendo assim ao Estado a função de investir.

O investimento do ponto de vista keynesiano é uma ferramenta de transformação e manutenção do bem estar social, sendo que o investimento é subordinado tanto a taxa de juros esperada, as expectativas da sociedade sobre as incertezas futuras e por fim que o Keynes denomina de Eficiência Marginal do Capital (EfmK), (KEYNES, 1936), que seria de maneira grosseira quanto um bem de capital renderia de forma eficiente dada taxa de juros esperada, por exemplo setores da produção que possuem menos competidores tendem a ter uma eficiência marginal do capital melhor ou seja mais rentável, a medida que esse setor fica com mais participantes a rentabilidade do setor cai, desestimulando o investimento naquela área.

Porém o mercado sozinho não consegue garantir o nível de investimento correto por conta das incertezas, cabe sempre ao Estado intervir por meio de política fiscal expansionista, assim o gasto do governo garante o nível certo de investimento e preserva a renda do setor privado (FERRARI FILHO, F.; TERRA, F,2011).

Keynes rompe com suas origens ortodoxas trazendo o Estado para a centralidade de maneira que ele seria o garantidor de possíveis flutuações econômicas, porque ele explica uma economia monetária da produção levando em consideração que a economia é uma ciência moral e conseqüentemente possui uma relação orgânica entre indivíduos e sociedade (FERRARI FILHO, F.; TERRA, F,2011), por conta disso seu ponto de vista é dissonante da individualidade metodológica dos economistas clássicos.

A individualismo metodológico da Lei de Say leva em consideração que a maximização da utilidade dos indivíduos é replicável em nível do agregado da sociedade, enquanto a perspectiva keynesiana assume que o comportamento social é imprevisível pois cada indivíduos se comporta de uma maneira, criando

não apenas uma incerteza fundamental, mas sim uma incerteza radical do cenário (FERRARI FILHO, F.; TERRA, F,2011).

As cíclicas instabilidades no nível de renda e produto segundo Keynes decorrem dessa mudança do ponto de vista dos indivíduos a cerca das suas expectativas sobre o futuro, influenciando assim no presente o volume de emprego e renda. E para suavizar essas mudanças bruscas de comportamento sobre as expectativas Keynes propõe a “Socialização do Investimento”, onde através da política macroeconômica convencional assegure eficiência econômica, justiça social e garanta liberdade individual

Uma política macroeconômica convencional seria uma política monetária em que a autoridade monetária coordena a taxa de juros básica alinhando com as convenções sociais de onde ela deve flutuar, sempre levando em consideração que ela deve ser uma ferramenta que faça com que o capital industrial seja mais atraente do que o capital financeiro. E uma política fiscal que seria a principal ferramental estatal de intervenção econômica, por um regime tributário progressivo que induza positivamente a propensão da sociedade a consumir afetando diretamente a demanda efetiva e diminuindo a desigualdade social e do lado do gasto duas contas a primeira a conta corrente e a conta capital, onde a primeira deveria deficitário quanto for necessário para assegurar renda e emprego e a conta capital que se aplicaria sobre o investimento que seria executado pelo gasto público que em via de regra deve ser equilibrado (FERRARI FILHO, F.; TERRA, F,2011).

Por via de regra a política fiscal de gasto do governo deve contemplar um programa de investimentos de longo prazo para que sirva de amortecedor econômico e gerador de empregos para garantir a “socialização do investimento” e os três pilares contidos nessa proposta.

Keynes não foi isolado na academia após a publicação da sua revolução escrita, Michal Kalecki absorveu a Teoria Geral e aprofundou com conceitos marxistas, dividindo a economia em três departamentos, o primeiro departamento o de produção de bens de capital, o segundo em produção de consumo dos capitalistas e o terceiro produção consumo dos trabalhadores (KALECKI, 1954). Vale ressaltar que existe um debate a cerca de quem realmente se valeu primeiramente do conceito do Princípio da Demanda efetiva entre Keynes e Kalecki (MIGLIOLI, 1977).

Kalecki assume a posição que as flutuações de mercado se dão no momento em que os capitalistas investem menos ou a mesma quantidade monetária do que recebido no período anterior (KALECKI, 1954), estacionando os lucros ou até mesmo diminuindo-os.

Para Kalecki a demanda efetiva ocorre na ponta dos capitalistas onde é assegurado os níveis de lucros pela autonomia do gasto via déficit do estado ou superávit na balança comercial do país (KALECKI, 1954).

Sobretudo Kalecki observou algo que Keynes não deu importância pois ele queria salvar o coração capitalista que colapsava, a Europa ocidental e os EUA, Kalecki mostra que nos países da periferia do sistema capitalista existem certas restrições de cunho político e econômico que não é possível aplicar Keynes em sua plenitude.

Apesar de sempre existir o problema contínuo da falta de demanda efetiva nas economias desenvolvidas quanto nas subdesenvolvidas a escassez de capital das economias atrasadas agrava muito mais o problema de desemprego involuntário e da demanda efetiva (KALECKI, 1968). É necessário investimentos grandiosos para suprir as debilidades produtivas de uma economia periférica, porém existem obstáculos que dificultarão ainda mais todo o processo. A incerteza do investimento privado se concretize, a limitação física para produção de bens de capital e ainda um agravante sobre as duas primeiras a inflação que poderá ocorrer pela aceleração da economia sem uma base sólida (KALECKI, 1968).

Mesmo que as três maiores dificuldades sejam vencidas no momento do aumento do investimento sendo executada de maneira cautelosa e planejada para que não hajam desequilíbrios o enfretamento político a resistência da mudança será colossal, a primeira pelo fato de ocorrer uma planificação econômica sobre quaisquer aspecto e nesse caso ocorrerá no investimento por conta da necessidade de não ocorrer pressões inflacionárias, o segundo ponto é o de assegurar o crescimento correto dos bens essenciais (alimentação) para que não ocorra novamente pressões de preços e uma regulação do setor privado no sentido de ser induzido a suprir tais demandas e por fim uma tributação correta, de forma progressiva para que possa financiar o projeto de expansão dos investimentos (KALECKI, 1968).

Por fim essa interpretação e percepção kaleckiana demonstra o quanto difícil seria para um país subdesenvolvido aderir de forma simples a políticas keynesianas que iria encontrar não somente dificuldades por conta das incapacidades produtivas de sua economia débil, mas também imensa oposição política por afetar diretamente os interesses da classe dominante.

2.2 Síntese do debate desde 1930

A partir do nascimento da Macroeconomia parida por Keynes em 1936, o debate de uma nova vertente da faculdade das ciências econômicas foi adicionado. O primeiro a criticar o livro de Keynes foi John Hicks em 1937, onde ele faz a “Neoclassização da Teoria Keynesiana” (FERNANDO FERRARI FILHO, 1996), argumentando que o desemprego involuntário teorizado por Keynes seria um caso atípico da Teoria Clássica por conta da Armadilha da Liquidez (CALDENTY, 2015).

Hicks desta maneira criou o modelo que mais se estuda na economia até os dias de hoje, o IS-LM, conseguiu traduzir toda sua elaboração teórica em plano cartesiano, onde a curva IS representa a curva de bens e serviços onde política fiscal funciona e a curva LM do modelo que é responsável pelo lado monetário da economia e logicamente sensível pela política monetária, equilibrando-se de modo que existam diversas combinações entre a taxa de juros do sistema e os níveis de renda nacional.

O primeiro crítico de Keynes ainda demonstra as diferenças entre o modelo “clássico”, “Teoria Geral” do autor e do “modelo especial de Keynes”. Ele aponta que entre o especial de Keynes e o modelo clássico existem duas diferenças, a função poupança e a demanda por moeda, (FERNANDO FERRARI FILHO, 1996).

Para Keynes a poupança (S) é função da renda nacional (Y) multiplicado pela propensão marginal a poupar (s) $S=(Y,s)$, já no modelo clássico a poupança é função da renda nacional e a taxa de juros corrente. Já a segunda diferença é que a demanda por moeda em Keynes é explicada pela função preferência pela liquidez e do modelo clássico é explicada pela equação quantitativa de Cambridge (FERNANDO FERRARI FILHO, 1996).

Já na comparação entre a Teoria Geral Hicksiana e o “especial de Keynes”, o crítico afirma que a análise monetária de Keynes pelo motivo transação e especulação é demasiadamente ortodoxa, onde aponta que Keynes regressa a sua origem marshalliana onde se desenvolve uma teoria monetária quantitativista.

Mas essa indagação de John Hicks de que a teoria monetária keynesiana e marshalliana não são diferentes acontece porque quando a economia keynesiana está no estágio de “armadilha da liquidez” as equações monetárias do modelo clássico e keynesiano são iguais já que a demanda por moeda dependeria exclusivamente do nível de renda nacional. Desta maneira Hicks sugere que o desemprego involuntário de Keynes acontece porque a política monetária é inócua e conseqüentemente ineficaz para alterar o nível de renda.

Desta maneira Hicks coloca a o modelo keynesiano como “Economia da Depressão”, (FERNANDO FERRARI FILHO, 1996), e reduz o modelo de Keynes a uma solução fiscalista e para crises de curto prazo de desemprego.

No pós guerra a convenção de Bretton Woods estabeleceu regras que propunham criar um ciclo de estabilidade global, porém no alvorecer da década de 1970 houveram tantas rupturas estruturais como por exemplo o fim do padrão ouro do dólar, as duas crises do petróleo de 1973 e 1979 e o choque de juros promovido pelo FED (Banco central estadunidense) que o cenário não conseguia ser mais explicado pela mistura entre a teoria keynesiana e a visão clássica da economia feita por Hicks que se tornaria a visão dominante da economia global durante 30 anos (CALDENTY, 2015).

Com a insuficiência de respostas pelo mainstream da época, uma “nova escola” de pensamento que surgiu no fim dos anos 1960, a fim de solucionar os problemas da inflação e do baixo crescimento, os Monetaristas, encabeçados por Milton Friedman, pregando que a moeda é de suma importância para a macroeconomia, já que moeda afeta níveis de produto e empregos no curto prazo e no longo prazo o estoque de moeda altera o nível de preços.

Friedman inicia sua análise apontando que Keynes não tem uma solução monetária para crises, e logo aponta quais seriam as limitações da política monetária e como as autoridades monetárias devem se comportar na condução da política monetária.

A primeira indagação de Friedman se relaciona com sua hipótese de taxa de desemprego natural, porque a curva de Phillips não se sustenta no longo prazo por conta da intervenção estatal na economia (FERNANDO FERRARI FILHO, 1996), ou seja, os policys makers manipulam a taxa de forma que se reduzir o índice abaixo da taxa natural de desemprego daquela economia de forma “artificial”, ocorre desequilíbrios no mercado.

Caminhando ainda nessa perspectiva Friedman introduz regras de formação das expectativas sobre a inflação, partindo do princípio de que os indivíduos são maximizadores de suas preferências, e projetam suas expectativas sobre o comportamento dos preços da economia no curto prazo, esse conceito ficou conhecido como expectativas adaptativas.

Desta maneira, se caso a autoridade monetária adotasse uma política de redução da taxa de desemprego abaixo da taxa natural de desemprego, faria política monetária expansiva, aumentando instantaneamente no curto prazo as facilidades de consumir e investir já que o preço corrente do dinheiro caiu, assim influenciando a demanda agregada de forma positiva.

Porém o ciclo virtuoso criado de forma artificial pela autoridade monetária de mais consumo, mais investimento, mais emprego, desestrutura as expectativas dos trabalhadores sobre a inflação e adiante é incorporado nos salários, pressionando os custos das empresas fazendo com que as empresas reduzam a demanda por trabalho por acorrer essa pressão de custos recorrente ao excesso de demanda. Assim o equilíbrio a taxa natural de desemprego só é restaurado via graças a uma recessão (FERNANDO FERRARI FILHO, 1996).

Assim a primeira indagação de Friedman é respondida, o limite da política monetária é que no longo prazo ela provoca distúrbios na economia, e por tanto a autoridade monetária deve se comportar de modo que a oferta de moeda deve ser constante para que não ocorra as flutuações e mantenha a economia estável.

Por fim a conclusão que se chega ao fim de toda a argumentação de Friedman é que a economia deve ser estável, sem interferência estatal, assim o livre mercado deve ser seguido como dogma para que o objetivo seja atingido.

Na metade nos anos 1970, a economia clássica sofre uma metamorfose, as expectativas racionais passam a ser incorporados nos modelos de equilíbrio geral, chamada agora de teoria novo-clássica ela procura dar mais uma opção

de explicação da economia se contrapondo sobre modelo de ciclos econômicos de Keynes e criticando as curvas de Phillips de Friedman.

Os novos clássicos teorizam que o modelo dos ciclos econômicos de Keynes nada mais seria que as curvas de Phillips utilizadas por Friedman no longo prazo, já que não conseguiam explicar os processos de alta inflação e baixo crescimento dos anos 1970, pela constância do trade off de inflação ou desemprego.

Além disso para essa nova escola, os modelos keynesianos não tem procedência econométrica correta, assim não sendo confiável para gerenciar as políticas monetárias e fiscais. Já o modelo monetarista não é confiável pois as expectativas inflacionárias como variável do modelo, não é uma função estável de seus valores passados, já que não tem explicação no modelo da formação das expectativas dos indivíduos, diferentemente deles que adaptam de forma que as expectativas se tornem racionais (FERNANDO FERRARI FILHO, 1996).

Assim tornando mensurável de forma mais eficiente o nível de preços futuros vinculada a análise do nível de preços observados no período anterior. Fazendo, portanto, que o dilema entre desemprego e inflação seja temporário, logo as interferências estatais no ato de administração da demanda agregada não tenham ação direto no nível de preço da economia desde que a economia se encontre em sua taxa natural de desemprego.

Porém os novos-clássicos desistem de teorizar sobre o nível de emprego e conseqüentemente do produto, e sintetizam que caso ocorra flutuações na economia deve-se por choques exógenos como mudança de tecnologia e de produtividade assim mudando os preços relativos da economia, resgatando o cerne da economia clássica, explicando apenas o lado da oferta e não da demanda agregada.

Os novos-clássicos por adotarem as expectativas racionais e o aprendizado definitivo leva na crença anterior que política monetária e fiscal são inócuas tanto no curto quanto no longo prazo, pelo princípio da Equivalência Ricardiana que seria basicamente os déficits do governo e nem o aumento da dívida pública afetam a atividade econômica já que devido esse aumento de demanda por parte do governo levaria uma redução do consumo por parte da população se antevendo a possíveis aumentos de impostos.

A partir dos anos 1980, novamente uma nova escola surge, os Novos-keynesianos com uma estrutura de criar um embasamento microeconômico ao modelo Hicksiano IS-LM e criticar a escola predecessora dela, os novos-clássicos, tendo como objetivo de explicar a rigidez de preços e salários e quais implicações que isso acarreta o nível de emprego e renda (SICSÚ, 1999).

O novos-keynesianos começam sua análise partindo do princípio de que o trabalho não é um bem homogêneo, assume as expectativas racionais dos novos-clássicos como premissa e que a produtividade de cada trabalhador é dada pelo salário pago pelas empresas, caso ocorra uma redução de salário nominal visando diminuir custos a produtividade do trabalhador cai e conseqüentemente ocorre uma queda nos lucros, desta forma cairia o lucro e a fatia de participação das empresas no mercado, o que é evitado pelas firmas, assim nasce o conceito de salário-eficiência.

O segundo ponto que a escola acrescenta é o “modelo de contrato implícito”, no qual ele assume que os trabalhadores são avessos ao risco e possuem acesso limitado ao mercado de capitais, sendo assim as empresas seria uma espécie de mecanismo de estabilização dos salários no longo prazo, negociando os salários de maneira que o valor real deles seja estável mesmo com as flutuações do nível de preços, nada mais que ocorra uma correção inflacionária sobre os salários.

O terceiro e último ponto adicionado pela nova teoria são os “insiders e outsiders”, onde os insiders são trabalhadores que estão desempregados, sindicalizados e tem uma formação educacional melhor, já os outsiders não possuem uma qualificação tão boa e não são organizados politicamente seja em associações, partidos ou sindicatos. Dessa maneira existe um acordo informal entre as empresas e os trabalhadores insiders via sindicato dos insiders, que evita a entrada dos outsiders que apesar no salário menor desse profissional o custo de treinamento e o custo de contratação seja alto, dessa maneira blindando os insiders e preservando o emprego deles e a correção inflacionário dos salários.

Dado que os novos-keynesianos se apropriam das expectativas racionais eles acrescentam as falhas de mercado e introduzem que no curto prazo os preços e salários são rígidos o que abriria no curto prazo para ações de política econômica do Estado, porém no longo prazo como os preços e salários seriam

flexíveis o que regressa a visão novo-clássica de tendencia de equilíbrio do Pleno Emprego.

Por essas razões os Novos-keynesianos que são a base do NCM defendem tantas reformas de cunho desregulamentador, como por exemplo do mercado de salário e a abertura comercial, para trazer para mais perto do curto prazo as condições de preços flexíveis do longo prazo.

Por fim a contribuição da escola é de tentar encontrar um embasamento teórico para as falhas de mercado onde agentes maximizadores tomam decisões em circunstâncias com limitação de informação ou seja de maneira imperfeita, e que o desemprego involuntário apontado por Keynes é explicado não por falta de demanda efetiva e sim pelo seu objetivo original de rigidez de preços e salários, sendo uma visão um tanto errado da Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda de Keynes já que descartam o cerne da abordagem keynesiana.

Por fim resgato a escola pós-keynesiana que depois de tantos contrapontos caminhando no sentido da negação keynesiana clássica e em prol de uma marcha que cada vez mais afirmar a necessidade de ausência do estado como instituições reguladoras e o regresso do laissez faire, ela faz uma análise “diretamente da fonte”, sinalizando a importância e aprofundando de tópicos da Teoria Geral de Keynes.

A moeda para os pós-keynesianos não é neutra e tem suas peculiaridades como ativos, já que os contratos são denominados em unidades monetárias e o futuro e suas expectativas são incertas e que o desemprego é resultando comum das flutuações do mercado sobre os níveis de produto.

Os pós-keynesianos demonstram as premissas erradas adotadas pelo modelo que mais se utilizou do modelo original o IS-LM, onde demonstram que a crítica de Hicks sobre sua premissa errada de equilíbrio parcial walrasiana teria sido usada por Keynes e não o equilíbrio parcial marshalliana que de fato foi usado na concepção teórica de Keynes.

A divisão de divisão pela curva IS delimitando o mercado de bens e serviços e a curva LM delimitando o setor monetário da economia, foi errada já que impele a escolha de um ativo o que descaracteriza mais uma vez a Teoria Geral de Keynes já que esses dois mercados são independentes.

Ainda demonstram que a distorção da relação entre o sentido de investimento e poupança ($I=S$) altera completamente análise de Hicks e que as expectativas e incertezas são fator primordial para que a demanda efetiva seja entendida, já que ele

descarta isso fixando que apenas a taxa de juros seria balizadora das tomadas de decisão de consumir e investir. Por tanto devido as premissas erradas adotadas por John Hicks com certeza ele levaria a análise de que o modelo keynesiano seria a economia da depressão como demonstrado anteriormente.

Já se contrapondo aos novos-keynesianos os pós-keynesianos, a grande diferença que os novos-keynesianos incorporaram expectativas racionais dentro de um cenário de incerteza fundamental, já os pós-keynesianos não incorporam racionalidade do indivíduo ao modelo pois iria na contramão ao que o Keynes escreveu na Teoria Geral, ficando apenas com expectativas formadas em um cenário de incerteza levando em consideração as convenções sociais através da Lei Psicológica Fundamental.

Além dessa diferença para os novos-keynesianos preços e salário são sempre totalmente flexíveis então admitindo vários pontos de pleno emprego pela fácil intersecção para o ponto de demanda efetiva por isso se auto intitulam “keynesiano” pois admitem no curto prazo interferência estatal para atingir o pleno emprego já que os salários e preços estariam rígidos, já os pós-keynesianos a indeterminação da incerteza tanto no curto quanto no longo prazo faz com que uma política macro ativa do governo seja imprescindível para atingir o pleno emprego.

Em relação aos monetaristas e os novos-keynesianos a teoria monetária das duas escolas se diferem demasiadamente da de Keynes já que para Keynes a moeda não é neutra diferentemente do ponto de vista de Friedman e dos novos-keynesianos que acreditam na neutralidade da moeda. O segundo ponto dissonante seria que a lógica empregada pelos dois modelos não segue o padrão de comportamento expresso nas economias capitalistas contemporâneas.

Por fim foi resgatado o debate da unidade curricular criada por Keynes, desde os anos 1930 chegando até onde seria observar ideias maduras, conforme observou-se que uma pós outra escola se distanciou do objetivo geral de poder responder de maneira prática os anseios do desemprego que moveu o patrono a criar algo tão revolucionário, regressando assim de maneira mais clara a uma economia pré-keynesiana.

Mas será que com o advento da escola pós-keynesiana tal cenário será perturbado e terá novas ideias que caminhem no sentido que Keynes prospectou? E quando que ocorrerá a ascensão política da escola que realmente carregam o peso de ser os legítimos herdeiros de Keynes em relação aos falsos herdeiros os novos-keynesianos.

2.3 O NCM

No alvorecer dos anos 1990 com uma necessidade de responder ao fracasso da escola monetarista em controlar a inflação e o baixo crescimento (BRESSER, 2013) dos anos 1970 e 1980, um Novo Consenso Macroeconômico (NCM) surgiu diante do Consenso de Washington regido pela escola novo-keynesiana a fim de promover a tão esperada solução que desde os keynesianos patinava e não trazia resultados.

Embasados no discurso de “liberdade econômica”, removendo a interferência estatal para que o controle de preços e o crescimento equilibrado fossem possíveis, logo os ditos neoliberais que acreditaram no Novo Consenso tomaram lugares de destaque na burocracia estatal tanto nos países da periferia do capitalismo quanto no centro do sistema (JOÃO SICSÚ, 1999).

Na conferência que o NCM nasceu, estabeleceram-se regras macroeconômicas rígidas e sem criatividade alguma (LUIZ FERNANDA DE PAULA, PAULO JOSÉ SARAIVA, 2015), adotando a austeridade como dogma, canonizando de vez um manual onde o policymaker se abstém de pensar o problema de determinado país para seguir uma receita genérica que está dentro do livro consultado, não levando em consideração as peculiaridades de cada nação.

A receita amarga do consenso seria ajustamentos fiscais a fim de promover fabulosos superávits (CALDENTEY, 2015), câmbio flutuante para que a precificação de moedas seja executada pelo mercado criando mais instabilidades pelo motivo especulação, conta capital aberta, privatizações de vários setores da economia, pouca interferência estatal nas regulações do mercado, entre outros preceitos que asfixia uma economia nacional.

A primeira meta que o NCM queria cumprir seria o controle da inflação, a estabilidade de preços pela ótica deste paradigma pode ser conquistada através de política monetária, já que o descontrole de preços é visto como um fenômeno

estritamente monetário (PHILIP ARESTIS, 2013), movimentando a alavanca da taxa de juros como necessário, essa visão trás um resgate de uma visão mais clássica da economia, antes de Keynes e seus sucessores, já que deste ponto de vista a moeda seria apenas meio de troca de bens e serviços.

O controle da inflação se dá via Metas de Inflação que são fixadas pelas autoridades monetárias (Banco Central) de cada país, sendo que o Banco Central deve ser independente de modo que não ocorra interferência política na toma de suas decisões (PHILIP ARESTIS, 2013), para que a sinalização da política monetária contracionista ou expansionista seja levada como medida técnica e sem orientação populista que deformaria a decisão correta a ser tomada em teoria.

Deve-se levar em consideração que na ótica do NCM preços, salários e informações são rígidos no curto prazo para que a política monetária tenha o efeito esperado das suas premissas iniciais. Desta maneira na manipulação da taxa nominal de juros pelo Banco Central, influencia a taxa real de juros e conseqüentemente o gasto real no curto prazo (PHILIP ARESTIS, 2013).

As metas de inflação estabelecidas pela autoridade monetária são balizadores da inflação esperada pelo mercado, fazendo até mesmo como Keynes dizia “uma profecia autorrealizável”. Porém se o Banco Central errar de modo muito grotesco a previsão da inflação, compromete sua credibilidade fazendo com que o mercado desacredite em futuras metas e até mesmo na condução da política monetária.

Já para o crescimento equilibrado prometido pelo NCM, a política fiscal se faz de menor importância, ela deve se preocupar com equilíbrio fiscal, trazendo a hipótese de John Hicks que ocorreria *crowding out* e da ineficiência dela como política estabilizadora da Equivalência Ricardiana.

O Crescimento equilibrado teria como condição a estabilização dos preços e seria alavancado pelo protagonismo exclusivo do mercado, onde toda a parte de privatizações, liberdade de entrada e saída de capitais seriam grandes ferramentas do crescimento.

Por fim é possível observar a obsessão do NCM para o controle da inflação, e o paradigma indica que quanto menor a inflação melhor, e essa premissa deve ser levada à risca de modo que não haja um decréscimo no produto. Porém a relação de inflação e crescimento tem correlação positiva no estudo do Ghosh e Phillips de 1998, porém vale salientar que existe um limite dessa correlação positiva como demonstrada no artigo.

Ainda para o NCM a inflação consiste basicamente no fator de demanda e não dos custos, por isso que o controle da inflação via juros faz sentido pois o controle do consumo agregado é reprimido ou estimulado devido ao aumento ou diminuição da taxa de juros. Porém essa premissa não se verifica na realidade já que o piloto automático da elevação ou diminuição dos juros muitas vezes não terá efeito certo na causa inflacionária, seria como tratar um paciente que apresenta uma doença e apenas tratar os sintomas e não suas causas, com isso pode-se causar uma recessão na intenção de controlar a inflação pois derrubaria o consumo agregado e consequentemente a renda nacional.

Por fim vimos as debilidades do Novo Consenso Macroeconômico, que é fruto de sua época e de suas limitações que mesmo depois de questionadas se mantiveram como dogmas inabaláveis, e apenas com dois verdadeiros terremotos econômicos está sendo questionado após mais de trinta anos de vigência na burocracia estatal ou nos mais altos círculos acadêmicos e midiáticos.

A primeira rachadura foi com a Crise Global de 2008 que colocou em xeque a credibilidade da pregação do NCM (CALDENTEY, 2015), e a segunda ruptura com a crise desencadeada pela Pandemia do COVID-19 que mais uma vez exigiu soluções práticas e o NCM foi incapaz de explicar os motivos da crise e ainda mais incapaz de dar soluções a crise que foi imposta.

A primeira rachadura interrompeu um período em que o NCM foi incontestável entre o final de 1980 até o início da crise de 2008 onde ficou conhecida como A Grande Moderação nos países desenvolvidos, onde a prosperidade e o crescimento econômico nunca foram tão pujantes segundo os relatórios do FMI, devido as desregulamentações e liberalizações. Até mesmo países subdesenvolvidos experimentavam os louros que a dita NCM dizia trazer com a aplicação a risca dela, controle inflacionário em meados dos anos 1990 e um período de forte expansão econômica entre 2002 e 2008 (CALDENTEY, 2015).

Após o controle inflacionário dos anos 1990 das economias subdesenvolvidas, em particular a economia latino-americana, após 30 anos de fraco desempenho econômico, voltara a crescer com certo vigor, devido ao controle inflacionário, baixa dívida pública e superávit nas contas externas o que suavizava a restrição externa de poder importar, o cenário histórico mundial contribuiu também pois foi de modo geral a economia global cresceu fortemente no período, além desses fatores intrinsecamente econômicos a América Latina experimentou um período de euforia e

esperança devido a consolidação de várias democracias, ausência de conflitos armados na região e a melhora social com a diminuição da pobreza e desigualdade (CALDENTEY, 2015).

Porém o sucesso do período é dado como causa do seguimento das políticas expressas no Consenso de Washington traduzidas no NCM, liberalizar, estabilizar e privatizar. Porém com a segunda rachadura com o surgimento da SARS-COV2, ocorreu uma desestruturação tão profunda nas cadeias globais de mercado devido as interrupções na produção para que acontecesse uma tentativa de controle da doença que nem mesmo os cânones da NCM divulgadas pelos novo-keynesianos está conseguindo explicar o as novas dificuldades impostas pela realidade do pós-pandemia.

Com a decadência do paradigma do NCM, depois de mais de três décadas sendo o ditame da burocracia estatal na maioria das economias munidas, suas estruturas débeis de tentar explicar o longo prazo quando não se planeja ele e o efeito das agressivas liberalizações (CALDENTEY, 2015), que fragilizaram não apenas a economias fracas da periferia do capitalismo mas até mesmo as economias centrais que adotaram as receitas ficaram sensivelmente mais delicadas em comparação as economias rebeldes a Washington do leste asiático.

Por fim abre-se um novo momento no cenário do debate econômico para que seja descartada o piloto automático que foram colocadas as economias nacionais, com raras exceções, com os manuais e regras impostas pelo NCM, e que surja novas ideias e novos questionamentos a fim de levar em consideração as necessidades individuais e características de cada país.

3 A ECONOMIA BRASILEIRA E O NCM

O casamento da economia brasileira com o NCM começou com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello o qual prometia um choque de modernização a economia brasileira e o combate a inflação. Não existe registro histórico da economia moderna de uma abertura financeira tão abrupta e forte como ocorrido no governo Collor, recursos financeiros podiam circular sem quaisquer impedimentos, residentes ou não residentes podiam movimentar os recursos como bem entendia, agregado a tudo isso empresas brasileiras podiam emitir títulos e ações no mercado estrangeiro, essa medida promoveu uma enorme absorção de capital financeiro estrangeiro a economia nacional além de permitir uma maior ligação entre o capital nacional e estrangeiro, (BELLUZZO, CARNEIRO; 2003).

Porém essa condição imposta pela liberdade sem precedentes realça uma característica do capital financeiro, a grande volatilidade, entradas e saídas bruscas de capitais de um país pela mudança de portfólio de um grande financista desestrutura a estabilidade que uma economia necessita, e o Brasil com a falta dessas travas de segurança ficou mais exposto aos choques provenientes do capital financeiro especulativo.

Collor ainda impeliu uma abertura comercial atabalhoada denominada PICE (Politica Industrial e Comércio Exterior) que tinha dois eixos de apoio, a primeira a Competição que seria dada pela abertura comercial e a redução do papel do Estado, reduziu drasticamente as tarifas de proteção comercial de forma unilateral de 40% até 12% e pois fim a Lei do Similar Nacional e o segundo eixo seria a Competitividade a quais com a ausência do Estado protegendo as empresas nacionais elas teriam que inovar para permanecerem fortes no mercado (CARNEIRO, 2004).

Fernando Henrique Cardoso foi articulador da equipe econômica que idealizou o Plano Real, com isso credenciou-se com o sucesso do Real e assim venceu a eleição presidencial de 1994. Porém com a glória rápida do controle inflacionário do plano real, era necessário corrigir as distorções que a estabilização criou na economia, mas foi utilizada a perspectiva novo-keynesiana para execução de tais reformas que seriam imprescindíveis ao Brasil.

A desregulamentação do mercado financeiro e comercial já haviam sido executadas como manda o Consenso de Washington, restavam as privatizações de empresas estaduais, municipais e da união, disciplina fiscal e o câmbio flutuante que deixaria o mercado mais tranquilo para poder operar, entre outras medidas.

As privatizações dos setores de energia, mineração, telecomunicações, siderurgia, petroquímica, ferroviário e financeiro (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002), foram ovacionadas tanto pela mídia da época quanto o mercado financeiro que queria abocanhar essas empresas lucrativas e muitas vezes monopolistas, o que ajudaria a criar mais distorções do mercado nacional e a internacionalização com capital externo.

A disciplina fiscal foi dada como regra inquebrantável com a lei de Responsabilidade Fiscal, atrelada a severidade como o governo conduziu a política fiscal até 1998 tendo resultados positivos até mesmo no primário não apenas no operacional (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002), seguindo assim de forma rígida os cânones do NCM e seguindo a agenda do Consenso de Washington.

FHC ainda consolida a abertura financeira de Collor com a isenção de tributação sobre lucros e dividendos e começa a alterar as relações trabalhistas com desregulamentações e a flexibilização como a criação dos contratos temporários de trabalho. O desfecho de seu governo é melancólico já que devido a crise cambial enfrentada a partir de janeiro de 1999, fez com que a economia estagnasse de vez e ficasse a mercê das políticas austeras do FMI que contribuíram para a queda de popularidade de FHC.

Com as eleições de 2002, oposição ao governo FHC é eleita, Lula dito antes como radical e um revolucionário apavorou o mercado ocasionando uma nova maxidesvalorização ao Real (BARBOSA; JOSÉ PEREIRA, 2011) e o cenário de inflação voltava a solar o país. Ao assumir o governo, Lula não foi nada heterodoxo e revolucionário macroeconomicamente falando, a taxa de juros foi aumentada para 26,5% ao ano sendo que a taxa de juros real era de 16,4%, forçou um ajustamento fiscal que melhorava o resultado primário de 3,75% para 4,25%, e manteve o câmbio flutuante (BARBOSA; JOSÉ PEREIRA, 2011).

O recém governo eleito executou uma reforma da previdência (BARBOSA; JOSÉ PEREIRA, 2011), que fez com que os trabalhadores do setor público perdessem direitos, o governo ainda ampliou a participação de capital estrangeiro na maior empresa, a Petrobrás, entrando de cabeça na globalização. Com essa série de medidas Lula tinha como objetivo sinalizar ao mercado que a confiança poderia voltar e que ele seguiria as regras do jogo. Porém o efeito das medidas pró-cíclicas colocou a economia em recessão.

Durante todo o primeiro governo Lula, a política macroeconômica foi rezada na cartilha do NCM, com a implantação do Tripé Macroeconômico por FHC em 1999, Lula não alterou nada, ele pelo contrário acabou conservando e azeitando a ortodoxia como norma vigente da sua política macroeconômica, desde então o Brasil está no piloto automático, sem pensar de forma criativa para responder as demandas que aparecem conforme a conjuntura nacional e internacional se desdobram, acoplou ainda algumas eucaristias aos pobres com programas de distribuição de renda que apesar de exitosos se mostrarão frágeis anos depois.

Lula uniu a ortodoxia da política macroeconômica da escola novo-keynesiana expressa no NCM com uma preocupação social atípica de quem segue a receita do Consenso de Washington. Essa foi a via de regra de Lula até o momento da cisão parcial durante a Crise Global de 2008. Com a crise do Subprime que tem como origem as desregulações dos mercados financeiros embasadas nos preceitos do NCM nos anos 1980 e 2000, o mundo não via algo tão abalador economicamente desde a Crise de 1929.

Nesse momento o governo brasileiro e de todos os países do mundo fizeram políticas anticíclicas para afastar a crise e retomar o caminho do crescimento, porém usando muito mais a alavanca da política monetária do que uma política fiscal que atacasse o coração do problema e o resolvesse completamente com uma regulação financeira o que não aconteceu. Porém ali encontra-se a primeira rusga no NCM, onde ela não conseguiu superar a crise com seu arcabouço de ferramentas e nem explicar os motivos da crise.

O Brasil apesar de num primeiro momento aumentar a taxa de juros no período com medo de afugentar o capital estrangeiro, logo revisou a medida e puxou a taxa de juros para baixo, pisou no pedal do investimento público implantando o PAC (programa de aceleração do crescimento) (BARBOSA; JOSÉ PEREIRA, 2011), e o então presidente Lula que desfrutava de alta popularidade em rede nacional de

televisão e rádio pediu para a população não se assustar, e consumir, tentando coordenar as expectativas de forma positiva, nesse momento a vertente keynesiana localizada no setores de apoio mais a esquerda da base de apoio do governo foi protagonista e necessária.

Na eleição de 2010 após Lula contornar a crise global de forma surpreendente, fez sua sucessora que manteve a mesma linha do então super popular ex-presidente, porém mantendo um lado mais “desenvolvimentista” do segundo governo do seu antecessor, o que não agradou muito o mercado financeiro o que começou a minar a confiança na economia nacional em meados de 2013 e criar além de uma pressão e um mau estar econômico uma crise política e institucional que mesmo quase dez anos depois o Brasil não consegue superar.

Porém desde o governo do até então presidente Lula e de sua sucessora, a dicotomia da sua política macroeconômica fica mais evidente e complicada de sinalizar a coordenação da economia, usando o ferramental dos manuais de economia do NCM como o Tripé brasileiro e tentando induzir a economia brasileira via investimento público. A dicotomia iria em algum momento criar um ponto de inflexão.

Dilma Rousseff a primeira presidente mulher do Brasil, assumia um país completamente diferente que seu padrinho político encontrou lá em 2003. A economia demonstrava sinais de superaquecimento por conta das políticas anticíclicas que foram utilizadas para driblar a crise global e os salários aumentavam acima do crescimento da produtividade (GIAMBIAGE, 2016), outro fator que preocupava era o câmbio valorizado no momento da posse que desestimulava as exportações brasileiras e aumentando a propensão de importar desde meados de 2007 entrou nessa trajetória.

Pouco tempo depois da posse o cenário internacional apontava para uma desaceleração após a superação mesmo de forma parcial da crise de 2008. A economia chinesa que era o maior demandante das commodities brasileiras freou juntamente com o mundo seu crescimento, fazendo com que os preços dos produtos tradicionais brasileiros caíssem o que arrochou a balança comercial brasileira que acabou forçando uma desvalorização cambial violenta por não ter o mesmo vigor dos influxos de dólares entrando na economia nacional.

No final de 2014 o esgotamento do modelo era evidente, inflação prestes a estourar o teto da meta, deterioração das finanças públicas acoplada com a desvalorização cambial e a queda dos preços internacionais como mencionado

anteriormente mais a turbulência no cenário político por conta da operação Lava Jato, era a tempestade perfeita (GIAMBIAGE, 2016), Dilma então deu o famoso “cavalo de pau” na economia com a troca do Ministro da Fazenda, a ortodoxia se aprofundava e o governo promoveu o maior ajuste fiscal da história do Brasil, a taxa de desemprego estava nas alturas 13,7% (OREIO; FERNANDO DE PAULA, 2019) aplicava uma dose monstruosa de juros para segurar a inflação e atrair o influxo de capital financeiro, o que era tarde demais para acontecer pois a incerteza já estava no ar, o ponto de inflexão havia chego.

O período que se caracterizaria de sucesso do NCM no Brasil foi entre 2004 e 2013, nesses 9 anos o Brasil experimentou crescimento médio de 4% ao ano (BRESSER, 2016) e ficou conhecido como Milagrinho econômico em alusão ao grande crescimento dos anos 1970 denominado Milagre econômico.

O crescimento do período é embasado em três pilares o primeiro a exportação das commodities que estavam com máxima histórica de preço minimizando a deterioração do Termos de Troca o que depois de 2007 ajudou a valorizar o câmbio e expressar o problema da Doença Holandesa que o Brasil sofre por ter abundantes quantidades de recursos naturais, a segunda o investimento público através do programa PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) onde mesmo de forma tímida foi essencial para alcançar taxas de crescimento que o país não atingia desde os anos 1980, e a terceira perna do crescimento o consumo do mercado interno, apoiado pela expansão do crédito, bancarização da população neste período e maior formalização da economia com baixas taxas de desemprego, (PEDRO ROSSI, 2015).

O ponto de inflexão havia chegado e na escolha que tinha que fazer ou de abandonar o modelo vigente ou aprofundar o Tripe ou a presidente o aprofundou o compromisso com o NCM, e nesse momento a tensão econômica e política foi tão exacerbada que uma ruptura institucional se deu e a presidente foi deposta num processo de impeachment por uns questionados e por outros comemorado.

Com a deposição da presidente Dilma, Michel Temer assume o governo com o papel de trazer estabilidade política e econômica reconfigurando o tripé de forma que agora nem mesmo as eucaristias aos pobres inseridas no modelo pelo ex- presidente Lula era permitida, aprovou a maior Reforma Trabalhista (OREIO; FERNANDO DE PAULA, 2019) desde a consolidação dela por Getúlio Vargas em 1945, a fim de flexibilizar e terceirizar o trabalho de forma definitiva o precarizando de vez o empurrando a economia para a informalidade.

Na tentativa de recuperar as finanças públicas que estavam em déficit a “PEC do teto” foi aprovada (LEONARDO SILVA, 2019), onde travava o gasto público de forma constitucional pelos próximos 20 anos corrigindo-o apenas pela inflação do ano anterior, desta maneira impossibilitou o Estado de quaisquer políticas de expansão fiscal. Temer ainda consegue baixar a taxa de juros para patamares mais aceitáveis comparado a sua antecessora que deixou uma herança de SELIC a 12,75% ao ano.

Um novo ciclo eleitoral se inicia e se finda com Bolsonaro eleito presidente em 2018 encabeçando seu ministério da economia o ministro Paulo Guedes um discípulo assumido de Milton Friedman, mais uma vez como seus antecessores reafirma com veemência a escolha do Brasil pelo NCM, como uma continuidade do governo de Temer (OREIO; FERNANDO DE PAULA, 2019), inicia a Reforma da Previdência tão aclamada pelo mercado e inicia uma nova rodada de privatizações de empresas estatais.

Bolsonaro ainda tenta uma inserção com um acordo de livre comércio com a União Europeia de forma subalterna, desprotege ainda mais o mercado nacional a entrada de produtos estrangeiros baixando tarifas alfandegárias (OREIO; FERNANDO DE PAULA, 2019).

Desde a redemocratização o Brasil adotou o NCM como modelo e o aperfeiçoou com a implantação do Plano Real em 1994 e o colocou a economia no piloto automático com o advento do Tripé Macroeconômico, desde então quaisquer que ouse ser heterodoxo é colocado na marginalidade do debate e nem se quer ouvido pelo mercado financeiro que diz que ser heterodoxo é inconsistente de forma científica. Todos os presidentes que assumiram o Palácio do Planalto sem exceção aplicaram o Consenso de Washington apenas diferenciando a ferocidade das medidas impostas, uns mais comedidos como Lula e Dilma Rousseff e outros mais agressivos como Temer, Collor e Bolsonaro.

O modelo do tripé sempre se demonstrou sua debilidade desde a implantação dele, pois não conseguiu alavancar o crescimento e nem o desenvolvimento nacional de forma prometida, porém ficou mais evidente a fragilidade do modelo com a crise de 2014 e sua lenta recuperação desde então (PEDRO ROSSI, GUILHERME MELLO 2016), o crescimento no período de sucesso foi puxado muito mais pela força do mercado externo do que pelas forças internas da economia nacional.

O modelo do tripé exacerbou as distorções da economia subdesenvolvida do país demonstrando certas jabuticabas que agravam ainda mais os distúrbios que o

modelo provoca, como por exemplo a taxa de juros básica da economia SELIC ser vinculada a LFT (Letras financeiras do Tesouro), onde são necessárias doses cavalares de aumento de juros para controlar a inflação via método monetarista (ANDRÉ NASSIF, 2015), desta forma não tendo uma separação entre política monetária e administração da dívida pública dificultando a mensuração real do tamanho da dívida pública, o que dificulta politicamente o governo aplicar alguma medida fiscal sem que o mercado financeiro fique preocupado pois não tem o dado real do tamanho do endividamento público.

Além dessa grave deformidade conta-se ainda com o problema da política monetária contracionista que seria o aumento dos juros que provoca uma política fiscal expansionista que seria o aumento dos gastos do governo, isso faz com que ocorra um cabo de guerra em que o governo não consiga delimitar claramente qual o sentido a economia vai caminhar e agravando ainda mais pelo vencimento da dívida que se encontra indexada grande parte no curto prazo (ANDRÉ NASSIF, 2015).

O NCM ainda provocou uma precoce e profunda desindustrialização sem precedentes na história da humanidade (OREIO; FERNANDO DE PAULA, 2019), promovendo a reprimarização não apenas da pauta exportadora do país, mas também a involução de todo o sistema produtivo nacional que cada vez é mais dependente dos mercados de fora para que ocorra um crescimento econômico.

A grande verdade o que empobrece de deixa a economia brasileira anêmica é a falta de debate e a exposição de novos pontos de vista, não apenas a elite econômica e política insistem no modelo que trava o Brasil a quase uma década, mas a burocracia estatal também corrobora para essa catatonia por conta de sua omissão.

Para que o país consiga não apenas recuperar o caminho do crescimento, mas também o do desenvolvimento será necessário elaborar um projeto nacional de forma original diametralmente oposto o que o NCM prega, a necessidade está imposta. A inquestionável autoridade do consenso está naufragando ao redor do mundo por conta da COVID-19, será que esse questionamento global o NCM acabará desembarcando em terras tupiniquins destravando o ambiente de apatia ao debate e o restaurando-o de forma vibrante.

3.1 Crise e ajuste: período anterior ao plano real

Após a Segunda Guerra a reunião de Bretton Woods estabeleceu regras que

garantiriam certa estabilidade e estimularia o crescimento durante os próximos 30 anos, fixação das taxas de câmbio e a adoção do padrão dólar-ouro foram algumas medidas que asseguravam tal estabilidade que permitiu a reconstrução europeia e japonesa no pós-guerra além de assegurar certo grau de industrialização dos países da periferia do capitalismo (CONCEIÇÃO TAVAREZ; BELLUZZO, 2002).

O acordo de Bretton Woods já demonstrava sinais de cansaço em meados dos anos 1960 após mais de quinze anos de vigência, desregulamentações dos mercados financeiros começaram a impor certas fissuras no arranjo institucional em que o mundo havia selado e começou a desmontar o que garantia a estabilidade de forma vital, o controle do capital.

Porém a partir de 1971 os Estado Unidos abandonaram o padrão dólar-ouro e a pequena fissura institucional que mesmo assim mantinha o acordo vivo se transformou em um desmoronamento institucional, com isso os mercados que já haviam sofrido liberalizações ficaram mais instáveis, e o fim das taxas fixas de câmbio foi a gota d'água para começar criar a tempestade perfeita.

Outro fator que acrescentou mais emoção ao cenário conturbado foram os dois choques do petróleo que escalara de forma absurda o preço dos combustíveis e insumos de produção forçando um processo inflacionário nas economias centrais, mas de forma mais dramática as economias da periferia do sistema.

A ópera iniciada com o acordo de Bretton Woods que aparentemente seria suave foi ganhando mais emoção e seu auge foi selada com o decreto de morte do consenso keynesiano, através do choque monetário de 1979 de Paul Volcker do banco central estadunidense, onde elevou de forma violenta a taxa de juros na tentativa de controlar o descalabro inflacionário (CONCEIÇÃO TAVAREZ; BELLUZZO, 2002).

As economias de renda média começaram a serem sufocadas financeiramente pela iliquidez de suas dívidas dolarizadas, fixadas em juros flutuantes o que caracterizou a crise da dívida do final dos anos 1970 e anos 1980, e do processo inflacionário causado pelo aumento do preço do petróleo por se tratar de economias altamente dependentes dessa matriz energética e de insumo.

Com a morte do acordo que asseguro um ciclo virtuoso de mais de 30 anos de crescimento, a desregulamentação dos mercados financeiros, a flexibilização das taxas de câmbio impôs um novo padrão de competitividade, corroborando para maiores desigualdade e maior instabilidade econômica, forçando uma

internacionalização da economia gerando a tão discutida globalização (CONCEIÇÃO TAVAREZ; BELLUZZO, 2002). Essa transformação alavancada desregulamentação pela financeira acarretou numa concentração de poder e renda que não era visto desde o pós-guerra

O Brasil adentra os anos 1980 endividado de forma absurda como seus pares na América Latina por conta da sua tentativa de ter “uma saída para frente” como disse o ministro Delfim Neto, e no alvorecer da década ocorre uma maxidesvalorização cambial de 45% (ALMEIDA, BELLUZZO; 2002) quebrando a regra vigente de 12 anos das minidesvalorizações, introduzindo uma incerteza de cunho financeira e comercial do Brasil com o exterior.

Desde então o Brasil entra numa luta incansável contra seu déficit comercial e o desarranjo na conta financeira da balança de pagamentos, e no cenário principal o papão da inflação começava a ultrapassar os 100% enquanto a o famoso indexador da “correção monetária” não chegava nem aos 50% já que era manipulado de forma arbitrária pela união (ALMEIDA, BELLUZZO; 2002).

Após a primeira metade dos anos 1980 o Brasil começa a viver uma série de choques de planos de estabilização seja de cunho heterodoxo ou ortodoxo, porém sem êxito algum (ALMEIDA, BELLUZZO; 2002), o que os policy makers não perceberam que criando esses indexadores que teria como função preservar a confiança, ela retroalimentava a inflação, o que destruiu a confiança e dificultou a coordenação das expectativas (ALMEIDA, BELLUZZO; 2002).

A política de ajustamento iniciada na metade da década inseriu no contexto uma crise de crédito no mercado doméstico (ALMEIDA, BELLUZZO; 2002), a característica de relação entre o setor produtivo brasileiro e os bancos é de curto prazo, isso apesar de que não adequada permitia a acumulação produtiva, capitalizando as empresas mesmo não sendo de perfil adequado que seria o longo prazo (ALMEIDA, BELLUZZO; 2002).

Mesmo com baixo endividamento das empresas domésticas a padrões internacionais, essa característica de endividamento no curto prazo vulnerabiliza as empresas nacionais a quaisquer oscilações de crédito, e essa política de ajustamento rompeu com essa relação entre os bancos e as empresas.

Primeiro porque ampliou a incerteza do mercado em relação aos juros e aos indexadores, essa insegurança de tomadores de empréstimo e credores afetaria as condições de pagamento, o que futuramente deixaria a empresa insolvente

(ALMEIDA, BELLUZO; 2002). O segundo fator foi a grande contratação de crédito do mercado doméstico a partir da limitação das operações bancárias, que colocava em risco a não a renovação do crédito.

A crise de crédito vivida pelo Brasil nos anos 1980, foi a mais intensa e mais prolongada desde o pós-guerra, já que a taxa de juros servia como um amortecedor de expectativas antecipando os movimentos inflacionários e compunha o financiamento da acumulação.

O ajustamento ainda provocou uma recessão aguda e longa, aprofundou a fragilização das empresas já desprovidas de crédito, e a incerteza do crescimento da economia no longo prazo se arrastou até o início da década de 1990, e no bojo de toda essa confusão institucional e econômica o setor empresarial embebido de dúvidas aumentou seus padrões de risco, alimentando a inflação no que reflete no ajustamento de suas margens de lucro, para obterem liquidez e de certa forma alterando suas relativas porcentagens de participação no mercado (ALMEIDA, BELLUZO; 2002).

Todo esse custo exorbitante foi absorvida pelo setor público devido a isenções e incentivos fiscais, subsídios e dívidas financeiras, o Estado absorveu a dívida externa através de mecanismos monetários, tarifas e empresas estatais, o que criou um desbalanço no patrimônio do Banco Central, comprometendo o nível de investimento das estatais e o autofinanciamento (ALMEIDA, BELLUZO; 2002), nota-se que devido ao ajuste privado está intrinsicamente ligado ao endividamento público e o estrangulamento fiscal do Estado, preservando os lucros e o patrimônio do setor privado, recuperando a sanidade da conta corrente mas por outro lado agravando as incertezas, o processo inflacionário e a desvalorização cambial.

Com toda essa realidade imposta surge um período de quase uma década de sucessivos planos de estabilização para corrigir essas deformidades e sobretudo o problema inflacionário. Após a redemocratização e a posse do governo Sarney o primeiro plano foi posto em prática o Plano Cruzado.

O Cruzado nasce com o ideal de desindexar a economia por meio de um choque heterodoxo para que o fenômeno da inflação inercia seja contida. O primeiro ato foi o corte de três zeros da moeda antiga para a recuperação psicológica e assinalar uma coordenação das expectativas, atrelado isso um congelamento de preços e do câmbio e uma desindexação financeira a fim de romper com a ciranda.

O pano em um primeiro momento fora um sucesso, porém os motivos de seu

sucesso foram os motivos do seu fracasso, devido o corte repentino do processo inflacionário e conseqüentemente o poder de compra da população restaurado aliado com o juro baixo, a demanda foi novamente pressionada desencadeando um novo processo inflacionário.

Já em 1987 um novo plano é posto em ação o Plano Bresser, onde após uma desvalorização cambial sem o congelamento do câmbio ele faria um misto de políticas heterodoxas e ortodoxas a fim de evitar os erros do Cruzado. Do lado heterodoxo aplicou o congelamento de preços e salário, contendo um gatinho mais suave de reajuste aos salários e da escola ortodoxa utilizou políticas monetária e fiscal contracionista. Num primeiro momento o plano Bresser foi exitoso, mas a inflação voltou rapidamente e fracassou assim como o plano Cruzado.

No ano da primeira eleição presidencial após longos anos do regime militar, o clamor por um novo plano de estabilização volta a ser questão fundamental. E com esse anseio todo surge o Plano Verão onde radicalizou elementos heterodoxos e ortodoxos. Novamente ocorre uma reforma monetária trocando a moeda Cruzado por um Cruzado Novo, ocorre um congelamento total de preços, salários e câmbio e tem o fim total da indexação.

Já na vertente ortodoxa do novo plano, ocorre um violento ajustamento fiscal e restrição monetária para segurar crédito e demanda. Porém o ajustamento fiscal não surtiu efeito pois se tratar de ano eleitoral o lado monetário por ter uma taxa de juros elevadíssima estimulou os lucros do setor privado pela nova ciranda financeira alavancando o consumo e retirava a credibilidade do governo pelo “risco calote”. O plano não deu certo fundamentalmente pela falta de credibilidade do governo e pela euforia da eleição presidencial.

Com a apoteose da eleição presidencial que colocou Fernando Collor de Mello no Palácio do Planalto, a realidade se impôs, o país caminhando para a hiperinflação com taxas de 90% ao mês e devido a falência dos planos anteriores seria muito difícil coordenar as expectativas (CARNEIRO, 2004). Collor foi eleito com um discurso anticorrupção e uma agenda neoliberal alinhada com o Consenso de Washington.

Com essa agenda neoliberal surgia uma contradição já que seria necessária uma intervenção estatal para solucionar o problema da inflação. Novamente ocorre uma mudança da moeda do Cruzado Novo para o antigo nome Cruzeiro, ocorre um pesadíssimo ajustamento fiscal que passava de um déficit de 8% em relação ao PIB para um superávit de 2%.

O reajuste salarial fica estritamente por parte de negociação livre entre trabalhadores e empregadores, ocorre um aumento do IOF, adoção do câmbio flutuante juntamente com a abertura comercial que ajudaria a ofertar mais produtos para o mercado nacional e ajudaria a reprimir a inflação (CARNEIRO, 2004).

Porém a “bala de prata” para matar a inflação seria o bloqueio da liquidez onde foram “confiscados”, das contas correntes e da poupança só poderiam sacar o equivalente a US\$1300,00, aplicações financeiras em geral, com prazo de devolução de dezoito meses em até doze parcela com juros e correção (CARNEIRO, 2004).

O resultado obtido foi uma queda abrupta da inflação e conseqüentemente um aumento da demanda por moeda o que não foi atendido pelo governo, desta maneira os juros reais foi altíssimo, a demanda por moeda seria atendida devagar para que não ocorresse o erro do plano Cruzado de emissão além da demanda por moeda e não ocorresse especulação financeira.

A recessão foi fortíssima, o PIB caiu 4,3% (CARNEIRO, 2004), o caos na economia se instalou, empresas fazendo escambo, nem sequer tinham dinheiro para pagar salários, o que forçou um retorno a liquidez de forma desordenada por conta das pressões da sociedade. O grande erro do insucesso do Plano Collor foi além do bloqueio excessivo da liquidez foi a forma desordenada sem coordenação das expectativas para a injeção caótica da volta da liquidez na economia.

Collor não se deixou abater com seu primeiro fracasso em o Plano Collor II nasce em 1991, trazendo agora congelamento de preços e salários, ajustamento fiscal por parte da diminuição dos gastos das estatais e aposta da abertura comercial para ter mais oferta de produtos no mercado nacional (CARNEIRO, 2004). Ainda ocorre uma reforma financeira onde põe fim as aplicações de curtíssimo prazo.

O plano não tem efeito nenhum sobre a inflação e a recessão continua, porém ele tinha como objetivo de coordenar as expectativas de curto prazo, após isso devido as pressões da sociedade colocam uma crise institucional o qual instaura um processo de impeachment que derruba Collor e seu vice Itamar Franco assume o cargo em 1992 (CARNEIRO, 2004).

Após toda essa trilogia e furor do momento Itamar assume desacreditado, porém é com ele que após vários naufrágios dos planos as coisas irão mudar e aos poucos o plano o qual será exitoso no controle da inflação será gerado e inserido aos poucos.

3.2 O plano Real e o advento do tripé macroeconômico

Após a sucessão dos fracassos, o Brasil no governo de Itamar Franco em 1994 finalmente conseguia um plano exitoso, o Plano Real. O plano tinha como todos os outros planos a meta de finalmente estabilizar os preços no país que vinham desestruturados desde os governos do regime militar. O plano em si tinha a receita de controlar a inflação via recuperação da confiança da moeda como na maioria das economias do século XX que enfrentaram o mesmo problema (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002).

A receita era simples, porém acarretaria uma sucessão de consequências que mesmo depois de quase 30 anos ainda são sentidas na economia brasileira. Uma hipervalorização da moeda foi feita, ancorada em uma taxa de juros exorbitante para que o capital externo fosse atraído pela rentabilidade e assim financiasse a valorização artificial da moeda. Dessa maneira o governo por meio do banco central conseguiu controlar a inflação via taxa de câmbio de maneira paliativa, porém não atacou o coração da inflação brasileira que seria uma inflação de custos.

Com o câmbio valorizado a entrada de produtos industrializados estrangeiros de forma barata fez com que a abundância de produtos derrubasse a inflação e recuperasse rapidamente a confiança do povo na moeda, interrompendo uma das pernas da inflação brasileira, a inflação inercial.

Porém o plano também tinha outras pernas de sustentação para domar a descoordenação de preços, do lado fiscal houve a criação do Fundo de Estabilização Fiscal que permitia uma desvinculação de 20% das receitas orçamentárias da união (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002) que aliviava a situação das finanças públicas juntamente com um ajustamento fiscal (BACHA, 1995) , outro processo de transição para a implementação da nova moeda e em si para o sucesso do plano foi a URV (unidade real de valor).

A URV foi uma ferramenta para que ocorresse uma coordenação das expectativas da sociedade, sinalizando para formadores de preços de forma que forçava o fim da desindexação dos preços. Ela ajustava diariamente salários por meio de uma média de três índices, os índices de contratos, câmbio e de preços (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002).

Após a etapa do URV a Reforma Monetária foi imposta, onde a moeda Real nasceu e uma URV era equivalente a um Real. Desta maneira o plano usufrui de três

pernas e uma base fundamental, o lado fiscal com a criação do Fundo de Estabilização Fiscal e o ajustamento fiscal, a URV com a coordenação das expectativas e a Reforma monetária onde matou a moeda velha e contaminada pela inflação (BACHA, 1995), por fim a base fundamental que acorrou todo o processo o controle do câmbio via juros alto, vale ressaltar que o plano utilizou-se tanto de métodos heterodoxos para controlar a inflação quanto de ortodoxos.

A partir desse período o Brasil passou de uma situação de doador de poupança predominante antes do plano para uma situação de receptor de capital financeiro (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002), devido ao cenário de crise global como a crise japonesa e a estadunidense, países emergentes que aplicavam receitas bem parecidas como o plano do Brasil foram beneficiados com a entrada de moeda estrangeira no período.

Com a tão sonhada estabilidade monetária brasileira conquistada no período e a entrada do capital financeiro de forma voluptuosa as reservas cambiais do Brasil se multiplicaram em pouco tempo. Porém como dito anteriormente, nesse período o NCM encabeçados pelos Novos-Keynesianos não dominava não só dominavam os ciclos de debates acadêmicos e os mercados financeiros, mas começou também a tomar posse da burocracia estatal e do espectro político ideológico da sociedade, desta maneira o plano nasceu capitulado pelas ideias do NCM (SICSÚ, 1999).

Aparentemente nesse período o Plano Real parecia caminhar para a condição de câmbio fixo, com conversibilidade plena em transações correntes e na conta capital, já que a confiança dominante do momento anulou o risco de uma desvalorização cambial por conta da melhora das condições dos ativos financeiros do mercado nacional diante dos investidores estrangeiros por conta dessa integração entre os mercados. Porém a taxa de câmbio não foi fixa e sim semifixa nesse período, onde ela teria margem delimitada para flutuar.

Com a desinflação abrupta da sustentada pela altíssima taxa de juros e o câmbio sobrevalorizado, o Brasil abria mão de um modelo de regime de moeda fiduciária não conversível e taxa real de câmbio fixada pelo Banco Central (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002), e adere a um projeto liberal de desenvolvimento que supunha mudanças rápidas das estruturas produtivas e da produtividade para acompanhar as economias mais modernas e desenvolvidas, reafirmando novamente o caráter do Plano Real que segue os postulados do Consenso de Washington.

O projeto liberal que o Real impõe ao Brasil entende que a estabilidade de preços é essencial para estimular o investimento privado, juntamente com as privatizações que alavancariam os investimentos estrangeiros que removeria os gargalos do ineficiente setor produtivo nacional, melhorando sua eficiência e abertura comercial atrelada com a liberalização cambial empunharia mais disciplina e competitividade doméstica.

Porém o assumido grande êxito do plano em controlar a inflação cobrou e cobra um preço gigantesco. A política de câmbio valorizado e taxa de juros real elevada impõe um crescimento ínfimo a economia brasileira, além de provocar um superendividamento público para poder manter o câmbio valorizado aumentando a vulnerabilidade da economia brasileira a choques externos.

Com a moeda nacional muito forte várias cadeias do sistema produtivo nacionais foram rompidas como as de metalmecânica, química e eletrônica (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002), o que refletiu uma desindustrialização precoce da economia nacional, já que era mais barato importar do que produzir em solo nacional.

O Brasil que era a maior economia industrial das economias emergentes se apequenou e tomou como base o projeto liberal que era subalterno e não rebelde a sua situação estrutural de dependência. A exportações de bens manufaturados degingolou (BRESSER, 2016) e o país agravou sua dependência de tecnologia e capital estrangeiro além de aprofundar sua posição deteriorada dos Termos de Troca de Raúl Prebisch. Todo esse efeito colateral eliminou postos de trabalho e renda consequentemente.

Porém essa receita em que o Plano Real consistia, vários países emergentes haviam aplicado também e certas crises começaram a desencadear ao redor do mundo, primeiramente a crise da mexicana denominada crise da Tequila entre 1994 e 1995, logo depois a crise dos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul e Cingapura) em 1997 e a crise russa de 1998, onde todos tinham como base ataques especulativos sob suas moedas já que com as moedas valorizadas as importações aumentaram absurdamente financiada com capital especulativo de curto prazo a instabilidade era inevitável já que com suas aberturas e desregulamentações financeiras do período propiciaram tais movimentos e acabou que um emergente contaminou o outro com a desconfiança dos investidores internacionais.

Durante todo esse período o governo viveu um cabo de guerra com o mercado

para segurar a cotação do Real, seja via da venda de dólares no mercado a vista o que queimou as reservas internacionais conquistadas rapidamente com o sucesso do real, seja via do aumento da taxa de juros para evitar a fuga de capital do país e estourar a banda de flutuação do Real.

Com isso em janeiro de 1999 o governo não conseguiu mais segurar a cotação na banda de flutuação original e em janeiro o governo decretou a adesão ao regime de câmbio flutuante e logo ocorreu uma maxidesvalorização da moeda violenta como jamais vista até então.

Com esse desfecho da crise cambial a inflação volta a assombrar a economia brasileira, o governo então anuncia mais tarde em junho daquele mesmo ano as metas de inflação, reforçando ainda mais o seu compromisso com o NCM. Então em 1999 nascia assim o tripé macroeconômico brasileiro que é vigente até hoje composto por Metas de inflação, cambio flutuante e superávits.

Com a queima das reservas acumuladas na tentativa de vencer a especulação financeira, o país teve que recorrer ao FMI para poder se financiar em dólares e dar uma segunda chance para o Real, em um único dia a desvalorização do Real foi de 61% (BELLUZZO, JÚLIO DE ALMEIDA, 2002), assim teve que assumir remédios amargos, mais arrocho das contas públicas, aumento de impostos e mais aumento dos juros, colocou a economia brasileira em mais uma recessão.

Se a década de 1980 fora a década perdida por não ter solucionado nenhum problema econômico por conta da concentração de forças na luta política para a redemocratização do país diante da ditadura militar, a década de 1990 se caracteriza como a década da estabilização dos preços, porém com o crescimento pífio no período, o que não foi previsto esse efeito colateral por parte dos idealizadores do plano.

A implantação do Tripé Macroeconômico não é apenas a consolidação do Plano Real, mas também a coroação do NCM como bússola de como a economia nacional deveria navegar e condena de vez a economia brasileira ao piloto automático seguindo os manuais que possuem respostas genéricas e não que responde as demandas específicas do país.

4. ANÁLISE CRÍTICA, PROPOSTAS E ALTERNATIVAS

Após o exposto das deficiências do modelo aplicado no Brasil por mais de 20 anos, o cenário impõe uma realidade dura e cruel, é necessária a mudança de forma radical e adotar de fato uma trajetória para o país. O país está à deriva desde o Plano Real, sem objetivo e sem perspectiva de progresso, apenas seguindo o ritmo da economia internacional e mais recentemente desde 2014 nem isso consegue manter.

Desde o governo do general João Figueredo de 1980 até 1985 o Brasil não tem um plano de desenvolvimento com metas e estratégias a serem seguidas que seria o PND III, após esse último plano o país se concentrou em dois movimentos que uniram o país e deixaram de lado a questão estratégica do crescimento e desenvolvimento.

O primeiro foi o movimento de união em torno da democracia onde políticos dos mais diferentes espectros centraram forças para consolidar a redemocratização do país, o segundo foi a união não apenas de economistas e pensadores, mas de toda a sociedade civil em torno de solucionar o problema inflacionário, superado como dito com o Plano Real.

Esse tempo todo o país não traçou metas e objetivos de desenvolvimento e crescimento. Nunca mais se teve um projeto nacional de desenvolvimento, muito se deu por esses movimentos mencionados, mas também por comodismo dos governos subsequentes como Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, que mantiveram o modelo mesmo demonstrando cansaço.

Proponho aqui uma reflexão para pensarmos juntos um novo projeto de Brasil, irei apontar alguns caminhos, porém sempre ficará em aberto pois devido a complexidade e o tamanho do país será necessário muito mais que a perspectiva de um recém-formado economista, mas sim um emaranhado de diferentes visões das diversas realidades brasileiras, torando o projeto plural e sob medida para o país.

Com tudo o projeto tem que demonstrar de forma clara para onde o país quer ir, como irá executar tal plano de forma econômica e como as políticas públicas podem auxiliar o êxito do projeto lastreado em bases sociais mais robustas (SICSÚ, 2008). Para isso ocorrer temos que romper com tudo que está posto, principalmente o velho modelo econômico que condena o país a não sair de onde está.

Para o Brasil se tornar o país do futuro como dito por tantas vezes por diversas personalidades ilustres e renomadas, temos que fazer do presente um ambiente de trabalho e perseverança. O começo do plano começa mesmo antes de sua escrita,

ela começa na sintonia política do país que deve criar em sua consciência coletiva o propósito maior de sair da situação que o país atravessa, de desalento, desemprego, de modo geral falta de perspectiva de melhora no curto e no longo prazo.

Restaurada a crença no país através do processo democrático sintonizado e unindo o país, o plano de fato começa. Vale lembrar que será necessário símbolos que façam a união fraterna do país para que todos tenham a sensação de pertencimento, como feito no passado seja por exemplo na figura do presidente Juscelino Kubistchek e seu carisma ou Getúlio com a campanha do “O petróleo é nosso” (SICSÚ, 2008) ou os discursos do dia do trabalho que mobilizavam a sociedade.

Lançadas essas bases o nacionalismo irá emergir e ficará mais fácil de semear aquilo que irá romper com a situação do país e atacar a classe rentista colonizada que tem ojeriza do nacionalismo por ser hoje uma classe cosmopolita. O Brasil se transformará de um país regido pela plutocracia para um país regido por quem produz e trabalha, resgatando o valor do trabalho e da honra de se aventurar em empreender.

O projeto deve transformar a sociedade de forma profunda, fortalecendo as instituições democráticas, incorporando tecnologias a transformando, além de embutir um bem-estar geral promovida pela seguridade social universal e de altíssima qualidade (SICSÚ, 2008). Porém como promover tudo isso dito? Sim as ferramentas econômicas serão fundamentais pois a base dos conflitos nacionais hoje além das disputadas políticas se dá pela disputa distributiva dos recursos, por ser uma sociedade fundamentalmente pobre.

As políticas macroeconômicas serão as ferramentas essenciais para pavimentar o caminho escolhido pelo país. Terá como função promover o crescimento e o desenvolvimento expresso na reindustrialização do país que passa por um processo agudo e precoce de desindustrialização e será fundamental para as condições de criação do Estado de bem-estar social que o país aclama (SICSÚ, 2008).

Começamos pelas políticas cambial e monetária, a política monetária deve estimular o investimento industrial, com uma taxa de câmbio que anule a Doença Holandesa (BRESSER, 2016) e seja competitiva para que alavanque as exportações de manufaturados gerando um excelente superávit comercial e consequentemente acumulando reservas (SICSÚ, 2008).

As reservas terão papel de prover a estabilidade necessária a taxa de câmbio competitiva juntamente com um controle de capitais, para que aconteça uma

coordenação das expectativas já que está diminuindo as incertezas sobre a taxa de câmbio (SICSÚ, 2008).

A política monetária deverá ter o objetivo de induzir o capital a migrar para o sistema produtivo, sendo assim a taxa de juros deverá ser baixa (BRESSER, 2016), que evitará também a entrada de capital especulativo no país (SICSÚ, 2008), a política monetária não terá papel principal de controle de preços, essa função será compartilhada por outras ferramentas.

Já que uma política monetária contracionista gera uma política fiscal expansionista gerando um cabo de guerra entre essas duas alavancas, deverá ser criado um paradigma do controle de preços, seria uma solução mais heterodoxa (SICSÚ, 2008) e levando em consideração que as causas da inflação brasileira são de custos, por exemplo uma política de estoques reguladores seria uma boa estratégia que já foi aplicada e poderá voltar a ser incorporada.

A política fiscal será a principal ferramenta para mudança do país, deve favorecer o investimento guiado pela reindustrialização do país, manter o pleno emprego e promover justiça social através de uma política tributária progressiva redesenhando o modelo brasileiro que tribute mais renda e patrimônio e alivie o imposto sobre o consumo e desonere o investimento e a produção (SICSÚ, 2008) e simplifique para melhorar a eficiência desse lado burocrático.

O governo deverá investir massivamente em três áreas, primeiramente em infraestrutura para que consigamos reduzir a elevada taxa de desemprego que o país manteve a quase uma década, construindo uma malha ferroviária que facilite as exportações e possa transportar a população de forma rápida e barata, incrementando a malha rodoviária, investir em hidrovias já que seria o meio mais barato de transportar bens e o grande canteiro de obras que o país se transformará deverá ser perene para que sempre mantenha taxas de desempregos baixas.

Energia também deverá ser prioridade para o país no setor de infraestrutura, construção de novas usinas com menor impacto ambiental possível, que baratearia esse insumo para a retomada industrial brasileira. Deve também nesta área ser um setor de inovação com novas energias, mas que sejam de forma factível a aplicação, como a nuclear que conseguiria atender a demanda continental do país e da crescente população.

O segundo setor que deverá ser privilegiado será o da ciência e tecnologia que deverá ser financiado parte pelo governo em integração com a iniciativa privada para

que a indústria nacional se beneficie da tecnologia a fim de poder competir com produtos e competidores de ponta no mercado global. O papel da ciência e tecnologia deverá ser levado em conta no longo prazo, pois terá o papel principal de transformar a sociedade brasileira na civilização do terceiro milênio.

Por fim deve ser criado um espaço fiscal para que o estado consiga executar políticas públicas como uma renda cidadão mínima, que com o passar do tempo e o desenvolvimento social que será provido pela alavancagem do crescimento econômico, o espaço fiscal poderá ser transformado em mais verba para saúde já que o boom demográfico do Brasil se transformara em uma tendencia do envelhecimento da população.

Porém para a aplicação dessas políticas fiscais o governo deverá resgatar Keynes em sua origem, onde existira a separação do orçamento (CARDIM, 2009), onde terá uma conta corrente que deverá ser majoritariamente equilibrado ao longo do tempo e uma conta capital onde será alocada os investimentos públicos e na maioria do tempo essa conta será negativa pois o governo desembolsará valores pomposos para compor o investimento nacional necessário (SICSÚ, 2021).

O governo também deverá ser o planejador (SICSÚ, 2021), se antecipando dos possíveis movimentos, seja de desemprego ou algum choque externo, porém o planejamento do investimento com objetivos, metas e prazos que deverão ser factíveis que trabalhe em harmonia com as outras políticas macroeconômicas que estão traçando o processo civilizatório do país. Deve-se ressaltar aqui a importância fundamental do investimento pois apenas através dele segundo Keynes será possível a continuidade da riqueza e uma vida econômica estável.

O país ainda deverá adotar uma política como dito anteriormente de controle de capitais além de proteger a volatilidade do câmbio, o país trocaria o seu modo de financiamento do crescimento de poupança externa por poupança interna, dessa maneira trocaria a dependência do capital estrangeiro de fazer investimentos para que haja algum crescimento no setor privado (BRESSER, 2016).

Com todas essas mudanças da política macroeconômica abandonaríamos o velho modelo que o Brasil arrasta até os dias de hoje e com as premissas apresentadas poderíamos elaborar o projeto nacional de desenvolvimento a fim de pular da situação de um país de renda média para alta renda e consolidar o processo civilizatório do país.

Porém a principal função em colocar em debate um projeto nacional vai muito

além do processo de consolidação da instituição Brasil, pois ela transcende algo que é o que fez do ser humano o mais diferente dos animais, o que nos torna animais políticos, o enriquecimento cultural e do conhecimento. E a volta do debate que está adormecido por mais de 20 anos num Brasil profundo e calado no qual o NCM imperou demasiadamente.

4.1 O NCM e suas limitações

O debate acerca do Novo Consenso Macroeconômico é cercado de controvérsias sobre seu desenvolvimento metodológico o qual compilou da corrente Novo-Keynesiana os preceitos da ineficiência da política fiscal em pró da política monetária, a incorporação das expectativas racionais da escola Novo-Clássica, e a canonização da neutralidade da moeda no longo prazo e num segundo momento adicionados os mercados imperfeitos e fricções de preços e salários juntamente com a Regra de Taylor que visa a coordenação das expectativas (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

Lucas, um dos principais teórico da escola que dá origem ao NCM, com sua famosa crítica de 1976, sobre a exigência das expectativas racionais dos indivíduos em problemas de otimização, os microfundamentos passaram a ser exigidos nos modelos macroeconômicos (NERIS JR, 2018), o que faz com que a economia volte a um período pre-keynesiano, com esse regresso ao individualismo metodológico. Com isso Lucas minou as correntes de pensamento Keynesianos e a vertente intervencionista que a escola possui.

A evolução do pensamento macroeconômico tem suas peculiaridades, em certos momentos uma desordenem entre as várias escolas de pensamento e momentos de consenso onde parece que caminham para uma mesma explicação em um ritmo adequado. Nos períodos de consenso o progresso é seguro e tem uma autoafirmação que a ciência é magnífica, mas nos momentos de desordem as escolas se digladiam de forma selvagem tanto nas prescrições políticas e técnicas quanto nos diálogos (NERIS JR, 2016).

O NCM ou também a “nova síntese neoclássica”, deriva desses períodos de consenso, por conta da introdução de Lucas do referencial metodológico de fundamentar a macroeconômica com princípios da microeconomia, que de certa maneira eliminaria o medo epistemológico que os economistas em específico os

macroeconomistas têm em relação a possível fragilidade científica de seus modelos e teses (NERIS JR, 2016).

O NCM é fruto direto do modelo de equilíbrio geral dinâmico estocástico, no qual se explica a evolução potencial do produto ao longo do tempo, levando em consideração apenas movimentos da dinâmica do lado da oferta, com certas ineficiências no curto prazo que seriam causados por conta da rigidez de preços e salários.

Com isso certas limitações teóricas e práticas se demonstram, para começar os teóricos assumindo que os indivíduos são racionais com suas expectativas de forma plena, entendem perfeitamente o que acontece e como deve funcionar uma economia, porém isso não acontece nem de longe na realidade (NERIS JR, 2016), fazendo assim de um modelo fantasioso, pois a única certeza do indivíduo é da incerteza do futuro, pela falta de informação e da mudança de expectativas da sociedade que fazem com que ocorram profecias autorrealizadas.

Outro ponto é a utilização do modelo que seria para circunstâncias específicas aplicando-o de maneira genérica. Os modelos são altamente descolados da realidade pois utilizam uma otimização inexistente, ou seja, eles são muito otimistas (NERIS JR, 2016). Com a adição de todos esses conceitos e teorias, o NCM se consolidou no que denominamos tripé macroeconômico (câmbio flutuante, metas de inflação e superávit fiscal primária).

Durante quase vinte anos sem questionamentos o período de “sucesso” do NCM denominado de “A grande moderação” por apresentar um período de estabilidade econômica com inflação controlada e níveis de desempregos aceitáveis, porém com a crise estadunidense de 2008 de excessiva alavancagem dos mercados financeiros que acabou contaminando o mundo (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019), rompeu de forma parcial com a hegemonia da grande moderação após a entrada de uma grande recessão global.

O pivô da crise que romperia com o reinado inquestionável do NCM foram seus próprios conceitos de liberalização e desregulamentação, que foram aplicados no mercado financeiro e que desencadearam um movimento especulativo no mercado americano sobretudo no mercado de hipoteca, cuja conurbação com outros mercados gerou uma crise sistêmica e global nos mesmos moldes da grande crise de 1929 (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

Para amortecer tal gravidade da crise que se impunha após o período de

tranquilidade, políticas fiscais e monetárias foram usadas de forma massivamente, amenizando a ruptura financeira e a recessão da economia produtiva. Devido a ruptura que a crise causou, tanto a academia, quanto a sociedade expressa por seus representantes políticos exigiam explicações dos limites e as debilidades do modelo que fora adotado anteriormente (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

Durante todo o período da crise, os países desenvolvidos de maior integração financeira com o com o epicentro da crise sofreram mais do que os em desenvolvimento por ter uma menor integração, o grande arrocho que se deu por parte dessas economias menos desenvolvidas foi o secamento dos fluxos de capital estrangeiro e do freio no comércio por conta da queda da produção de bens e serviços devido a redução da demanda agregada global (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

O que ficou explícito com a crise e que os defensores do NCM rejeitam é a fraqueza da política monetária que embora tenha promovido durante um período no tempo uma calma na economia, ela sozinha não protege a economia de choques financeiros e suas deformações sobre a atividade econômica. Com a estabilidade de preços e produto, as baixas taxas de juros do período causaram uma deformidade nas expectativas por conta da euforia do momento, um excesso de crédito pelo senso de risco diminuído vulnerabilizou o mercado financeiro (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

E para a reativação da economia apenas via política monetária ficou impossível, pois seria como empurrar um trem com uma corda, a economia já embriagada com baixas taxas de juros não sentia efeito com novas reduções das taxas de juros, apenas a política fiscal conseguira tracionar novamente a economia o que promoveu um aumento do endividamento público no período. Os teóricos do NCM reafirmam que as medidas não convencionais (política fiscal) adotadas para sair da crise não mancharam a estrutura dos princípios do NCM (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

Mesmo que a crise não tenha desmoralizado completamente o NCM, a ruptura promovida expos as debilidades e os limites do NCM, e inseriu um novo ciclo de debates acerca dos estímulos monetários na economia e como a política monetária deve ser conduzida após o cenário de crise. A abertura do leque do debate pôs na mesa de discussões uma maior flexibilização das metas de inflação dirigidas pelos bancos centrais, controle de câmbio e de capitais, além de uma nova missão a política

fiscal (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

Autores do NCM como Blanchard, Mishkin e Woodford fazem uma meia culpa com o que tudo aconteceu, acrescentando ferramentas que corrigiriam as falhas de mercado e que garantiriam maior estabilidade financeira e econômica como a compra de ativos de longo prazo no mercado financeiro. O que de certa maneira sela o fim da dicotomia no NCM entre política financeira e política monetária, que devem em conjuntamente direcionar para uma estabilização inflacionária, do produto e financeira.

Sobre o controle de câmbio e capitais, esse contrassenso no NCM diametralmente oposta ao que sempre foi pregado observou após a crise que a excessiva vulnerabilidade sobretudo das economias emergentes sobre a grande volatilidade as entradas e saídas de capital mesmo que de forma excepcional, juntamente com uma política de meta de taxa de câmbio real.

E a cereja do bolo é a adoção de uma política fiscal ainda que subjugada a estabilidade de preços tendo um papel de estabilizador econômico, em períodos de crescimento econômico criando um espaço para que em períodos de crise esse folego ser utilizado, porém no longo prazo sempre tendendo a um equilíbrio orçamentário (CARVALHO, 2008). A incorporação desses novos instrumentos deve ser guiada por um objetivo principal que seria ainda a estabilidade de preços escorada em objetivos intermediários, o de estabilidade financeira (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

Por fim a crise financeira de 2008 foi entendida e explicada pelo NCM como consequência de falhas do mercado financeiro, além da ausência de políticas de controle de câmbio e capital. Sobretudo a reflexão da própria ortodoxia pós-crise de 2008 desagua em uma meia culpa e de certa maneira uma flexibilização do NCM (SARAIVA; PAULA; MODENESI, 2019).

4.2 As alternativas teóricas e práticas

Depois de tanto tempo de hegemonia inquebrantável do NCM e as demonstrações de sua insuficiência para solucionar problemas contemporâneos e de característica peculiares, será necessário formar um pensamento original de modo que sirva de maneira adequada, utilizando-se de vários pensamentos para enriquecer a nova perspectiva que será incorporada. Deve-se desenvolver um planejamento estratégico de longo prazo, balizados em políticas macroeconômicas estáveis e ativas que promovam crescimento aliadas ao desenvolvimento (SICSÚ, DE PAULA,

MICHEL; 2007).

E o balizador da estabilidade que hoje mais se apresenta de forma compatível em linha das necessidades que o Brasil necessita é o Novo-Desenvolvimentismo, que aprendeu com os erros do passado, com o fracasso que culminou com as sucessivas crises dos anos 1980. O Novo-Desenvolvimentismo é uma derivação direto da obra de Keynes e dos Pós-Keynesianos juntamente com a visão complementar de Estado e mercado que os cepalinos neo-estruturalistas acreditam (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

Vale lembrar como mencionado anteriormente que Keynes estava preocupado em salvar o centro do sistema capitalista, ele não teve um olhar para periferia, desta parte os velhos estruturalistas dos anos 1950 como Furtado e Prebisch foram mais atentos e cuidadosos, que influenciaram em muito o primeiro ciclo de industrialização não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

Embora o Novo-Desenvolvimentismo seja filho direto do Velho Desenvolvimentismo, tem uma visão crítica de sua origem, onde tinha estratégia que vulnerabilizava o país de forma externa e não propiciava o ambiente de competição necessário para gerar inovação. A estratégia de desenvolvimento “original” tinha como base um financiamento lastreado em poupança externa, onde a característica do capital de alterou muito nos últimos quarenta anos, onde ele passou de baixas taxas de juros e prazo longo para exigência de taxas de juros voláteis e de curto prazo.

Outra questão é a proteção dos mercados, explorando a questão da reserva de mercado, aplicando substituição de importação, o que não seria factível hoje pela exacerbada velocidade da mudança tecnológica a qual vivemos nos últimos vinte anos e a globalização da padronização do consumo, o que impossibilita a adoção do velho modelo.

O Novo-Desenvolvimentismo é pragmático prega um mercado pujante onde o Estado apenas entraria como indutor e fiscalizador do desenvolvimento e crescimento, manejando ferramentas a fim de estimular o setor privado a caminhar no sentido determinado não apenas de forma centralizada e de forma arbitrária, mas de uma maneira que solucione por exemplo os “pontos fracos” do país por exemplo na balança comercial.

Essa premissa de um “caminho do meio” em que duas instituições o estado e o mercado devem ser fortes pois para os novos desenvolvimentistas um não existe de forma plena sem o outro, onde por isso se não existir esse casamento não é possível

sustentar elevadas taxas de crescimento baseadas no projeto de desenvolvimento fixado anteriormente de forma política e por fim deve-se acrescentar para manter as taxas de crescimento e promover o desenvolvimento econômico a equidade social deve ser implementada em conjunto.

Porém para alinhar a sociedade em torno dessa premissa não será tarefa fácil, pois no subconsciente social existe essa dicotomia entre estado e mercado, desde Smith essa perspectiva já predominava, na obra prima “A origem da riqueza das nações” de 1776, o pai da economia moderna, o escocês já deixava claro que o estado seria um empecilho para a concretização de interesses individuais (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

E as escolas ditas neoliberais resgatadas no capítulo anterior que se contrapõem a perspectiva keynesiana fundamentalmente resgatam a tese da “mão invisível do mercado” no qual o mercado se ajustaria sozinho e que não precisaria de auxílios ou apoio da “instituição concorrente”, neste caso o estado. Pois o estado não seria eficiente, o estado é descrito como uma caricatura, um ser perverso, corrupto, irresponsável e gastador e conseqüentemente gerador de inflação (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

Já a concepção diametralmente oposta é demonstrada por primeiramente por Keynes na Teoria Geral quando ele menciona a necessidade de o estado suprir a insuficiência do investimento por conta das incertezas sobre as expectativas do momento presente e futuro, além de mencionar regulação do setor financeiro e possíveis políticas de tributação. Mais tarde Polanyi e Stiglitz fortalecem a perspectiva dos mercados regulados.

Keynes, sempre muito cirúrgico criticou a dicotomia liberal entre mercado e estado, onde o mercado saberia alocar melhor os recursos do que o estado seria um “darwinismo econômico”. A complementariedade que o estado e o mercado têm na visão de Keynes extrapolaria a maioria das áreas da econômica (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

Polanyi escreve que os mercados devem ser regulados pois como quaisquer instituições o estado tem essa premissa, além de âmbito nacional de forma internacional, porém aí deveriam ser criadas convenções ou instituições reguladoras de forma que cuide dessa segunda etapa. Stiglitz já confronta seus contemporâneos que chancelam o Consenso Washington de que o estado sim deve ser forte e tem que intervir e regular o mercado (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

Superada a tal dicotomia que atrapalharia a implementação da nova perspectiva, o estado teria que sofrer uma reforma para que consiga ter uma gestão pública mais autônoma e responsável diante da população a fim de fortalecê-lo. Seria uma espécie de melhoramento feito nas reformas feitas por Getúlio Vargas durante o período do Estado Novo, onde os concursos públicos foram aderidos para ter um filtro mais imparcial e selecionar os melhores candidatos, que conseguiu gerar uma burocracia competente.

Além dessa nova etapa de “profissionalização” da burocracia estatal, seria introduzida uma maior descentralização do estado, transferindo certas funções para agências autônomas (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007), porém as diretrizes fundamentais seguindo ainda de cima para baixo para que a legitimidade das instituições não se descole do voto popular.

Agora com o estado fortalecido, ele tem o papel de garantir a concorrência através das regulações, e desta maneira com a concorrência garantida a inovação seria uma importante engrenagem do desenvolvimento pois no ambiente concorrencial os empresários almejavam maximizar lucros e possibilitaria aos trabalhadores conquistarem remunerações melhores com este ambiente (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

Com esse ambiente assegurado pelo estado o mercado também se fortaleceria, reduziria custos de produção e dos preços, melhorando serviços e bens, manteria pequenas, médias e grandes empresas competindo o que ajudaria a empregar mais pessoas, reduzindo as taxas de desempregos, já que não teria a concentração de mercado.

Com essa sintonia entre ambas as instituições o governo poderia aplicar políticas macroeconômicas defensivas ou expansionistas. As políticas defensivas têm um caráter por exemplo de proteção de possíveis de crises cambiais, o que ajudaria muito na previsibilidade da taxa de câmbio para importadores e exportadores dos mais diversos ramos, pois amenizaria a incerteza sobre as perspectivas da taxa de câmbio esperada. Já as políticas expansionistas teriam caráter anticíclico, onde visariam combater o desemprego (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

Ainda teria um terceiro tipo de política que não está ligada apenas a conjuntura da ocasião, mas também ao plano de desenvolvimento que o país adotou, que seria a política industrial e de comércio exterior, sendo um instrumento para aumentar a concorrência no setor industrial e melhorar a situação do país comercio global já que

o Novo-Desenvolvimentismo tem uma estratégia de crescimento export-lead (OREIRO, 2012) , além disso a política tributária deve ser progressiva, para que promova a equidade social (SICSÚ, DE PAULA, MICHEL; 2007).

E para seguir à risca a estratégia export-lead a política cambial deve ser ativa, mantendo a taxa de câmbio real em um nível competitivo (OREIRO, 2012), para que a mercadoria produzida nacionalmente seja competitiva com a mercadoria produzida em um lugar que tenha uma tecnologia de ponta. Vale ressaltar que nenhum dos teóricos do Novo-desenvolvimentismo não concordam em uma taxa de câmbio padrão e já revisaram muitas vezes o patamar em que eles julgaram adequado.

O resgate de uma industrialização moderna é base para perseguição da política macroeconômica do país, para que os produtos manufaturados incorporem os processos e tecnologias na economia, criando um processo de acumulação de capital (OREIRO, 2012), seguindo o que os estruturalistas clássicos diziam de romper com as restrições externas.

A política fiscal deve ser sensata, ao mesmo tempo em que ela promova de forma perene o investimento público e sustentável, porém de forma saudável não criando déficits quando não necessário. A política salarial deve ser indexada pelos incrementos de ganho de produtividade da economia para que a distribuição de renda seja estável no longo prazo. A aliança entre a política fiscal saudável e a política salarial consciente atrelada a produtividade garantiria o controle inflacionário (OREIRO, 2012).

Já a política monetária deve presar por uma inflação controlada buscando por um crescimento forte da renda nacional, balizado em duas metas uma meta de inflação e meta de crescimento da renda real parametrizado com o equilíbrio da balança de pagamentos (OREIRO, 2012), tendo uma taxa de juros baixa para que a taxa de retorno do capital produtivo seja mais atrativa.

As quatro políticas mencionadas, tem objetivos claros, porém suas metas devem ser fixadas de forma factível e que seja sustentável no longo prazo promovendo o crescimento correto. A concretização dessas metas operacionais não necessita apenas do manuseio correto das ferramentas, mas também de um novas instituições que garantam tais metas (OREIRO, 2012).

Se os objetivos de inflação, câmbio, juros e déficit e salários converjam de forma exitosa a estratégia export-lead pregada pelo Novo-Desenvolvimentismo poderá ser frutífera pois com a exportação de bens manufaturados vai proporcionar um

crescimento da renda nacional, aumentando a produtividade da economia (OREIRO, 2012), sem as distorções de uma inflação alta e juros elevados.

E desta forma o Novo-Desenvolvimentismo será bem-sucedido, porém deve-se ressaltar para que esse alinhamento aconteça outros alinhamentos devem acontecer antes, em um país rachado politicamente e em crise política constante desde meados de 2013. Será necessário superar o entrave político assim como na transição da redemocratização dos anos 1980, em que a questão econômica tenha sido posta de lado para que a engrenagem de partida seja concertada.

5 CONCLUSÃO

O NCM como demonstrado é uma série de políticas macroeconômicas derivadas da escola de pensamento Novo-keynesiano que resgatou o pensamento econômico pré-keynesiano, onde o mercado tinha o protagonismo em relação ao estado, porém com as recentes crises o período da grande moderação que o NCM impôs sua hegemonia foi afetada.

O Brasil por sua vez aplica o modelo desde o início da década de noventa, o aprofundando e o consolidando de vez a partir da instauração do tripé macroeconômico brasileiro e desde então o país não consegue romper com o modelo e nem colocar em debate na sociedade a possibilidade de um novo caminho.

O trabalho demonstrou as limitações do NCM tanto na teoria, quanto na prática, já que não consegue explicar o baixo crescimento da economia nacional na última década e nem a estagnação do desenvolvimento brasileiro. A palavra de ordem dos defensores do tripé no Brasil é estabilidade de preços e crescimento promovido pelo setor privado, mesmo que esse não consiga suprir a demanda de investimentos que o país precisa como previsto de forma genérica por Keynes e seus seguidores e tenha ainda nos anos 1990 conseguido a estabilidade de preços.

Apesar do abalo devido da crise de 2008 do subprime o NCM conseguiu se manter, mesmo de forma cambaleante hegemônico, apenas com o surgimento da pandemia causada pela COVID-19 novamente o NCM se aparenta insuficiente para explicar a dura realidade que se impõe sobre as economias globais dos mais diversos graus de desenvolvimento.

Na última parte do trabalho demonstramos um dos caminhos que podem ser seguidos que tem um viés novo-desenvolvimentista que aprendeu com as falhas do passado e propõe um modelo arrojando com muita inspiração em países do leste asiático que escolheram um desenvolvimento voltado para o mercado externo.

O novo-desenvolvimentismo hoje para a realidade imposta para o Brasil seria a via politicamente mais factível pois atacaria questões centrais do país como o processo agudo de desindustrialização, o alto juros a encalacrada fiscal em que o estado entrou devido a pressões do mercado por serem discípulos dos conceitos do NCM.

Mas a grande questão é de levantar o debate, de qual caminho a sociedade queira traçar, pois só assim poderemos voltar a sonhar com um país que além de

despertar orgulho em seus conterrâneos, desperte u sentimento de pertencimento numa sociedade que pode ser mais fraterna e igual derivando do seu processo civilizatório e de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARESTIS, Philip. Uma Avaliação Crítica das Políticas Econômicas do Novo Consenso Macroeconômico. 2013. Disponível em: https://jlcobreiro.files.wordpress.com/2013/10/dossic3aa_economia_na_encruzilhada.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.
- BACHA, Edmar Lisboa. Plano Real: uma avaliação preliminar. 1995. Disponível em: https://grad.sead.unifesp.br/pluginfile.php/307491/mod_resource/content/1/Bacha.Pri-meiraAvalia%C3%A7%C3%A3odoREal.RevistaBNDES.jun1995.PDF. Acesso em: 08 jun. 2022.
- BARBOSA, Nelson; PEREIRA, José Antônio. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. 2011. Disponível em: https://grad.sead.unifesp.br/pluginfile.php/315485/mod_resource/content/1/nelsonbar-bosa.novainflex%C3%A3o.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio. Plano Real: do sucesso aos impasses. 2002. Disponível em: https://grad.sead.unifesp.br/pluginfile.php/307502/mod_resource/content/1/Depois%20da%20queda.PlanoReal.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; CARNEIRO, Ricardo. Globalização e Integração Perversa. 2003. Disponível em: https://grad.sead.unifesp.br/pluginfile.php/312429/mod_resource/content/1/integra%C3%A7%C3%A3o.perversa.carneiro.belluzzo.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.
- BRESSER, Luiz Carlos. O tripé, o Trilema e a política Macroeconômica. 2013. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11997/1/Luiz%20Carlos%20BresserPereira_O%20Trip%C3%A9%20o%20Trilema%20e%20a%20Pol%C3%ADtica%20Macroecon%C3%B4mica_2013.pdf. Acesso em: 22 mai. 2022.
- BRESSER, Luiz Carlos. Teoria Novo-Desenvolvimentismo: uma síntese. 2016. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/teoria_novo-desenvolvimentista_0.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.
- CALDENTEY, Esteban Pérez. Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas em América Latina e el Caribe a inícios del siglo XXI. 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37648/4/S1500293_es.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.
- CARDIM, Fernando. Não confundir gasto público com déficit público. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/viewFile/27257/18161>. Acesso em: 07 out. 2021.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/adm/Downloads/1439-Texto%20do%20artigo-2445-1-1020061101.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/10906/64>. Acesso em: 06 out. 2021.

DE PAULA, Luiz Fernanda; SARAIVA, Paulo José. Revisão do novo consenso macroeconômico. 2015. Disponível em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/desenvolvimentos-recentes-da-teoriamacro-jornal-corecon-df.pdf#page=15>. Acesso em: 03 dez. 2021.

FERRARI FILHO, F. Keynesianos, Monetaristas, Novos-Clássicos e Novos-Keynesianos: uma leitura Pós-Keynesiana. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1876/2249>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/3mSB3N9Bjt8RqxKMqmBYfwp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GIAMBIAGE, Fabio. Fim de Ciclo: O Governo Dilma. 2017. Disponível em: https://grad.sead.unifesp.br/pluginfile.php/319507/mod_resource/content/1/Dilma.Giambiagi.FimdeCiclo.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.

KALECKI, Michael. Economias subdesenvolvidas. 1968. Cap. 3.

KALECKI, Michael. Teoria da Dinâmica Econômica. 1954. Cap. 3.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. 1936. Caps. 3 e 18.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego. 1937. Disponível em: [file:///C:/Users/adm/Downloads/Keynes%20\(1937a\)%20%20A%20Teoria%20Geral%20do%20Emprego%20\(nova%20tradu%C3%A7%C3%A3o\).pdf](file:///C:/Users/adm/Downloads/Keynes%20(1937a)%20%20A%20Teoria%20Geral%20do%20Emprego%20(nova%20tradu%C3%A7%C3%A3o).pdf). Acesso em: 04 mai. 2022.

MIGLIOLI, Jorge. Os economistas – teoria da dinâmica econômica. 1977. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Kaleki.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

NASSIF, André. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/YCjp9wX6hgTV4NkhnYGrbm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 out. 2021.

NERIS JR, Celso. Elementos institucionais da formação de consensos: o caso dos microfundamentos da macroeconomia. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Celso-Neris-Jr2/publication/308659661_Elementos_institucionais_da_formacao_de_consenso_o_caso_dos_microfundamentos_da_macroeconomia/links/57ea63cf08aed0a2913333f5c/Elementos-institucionais-da-formacao-de-consensos-o-caso-dos-microfundamentos-da-macroeconomia.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

OREIRO, José Luís. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/r8nJqTVmNcXrQqM8QsBn6mM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2022.

OREIRO, José Luís; DE PAULA, Luiz Fernando. Macroeconomia da estagnação. 2019. Disponível em: <http://joseluisoreiro.com.br/site/link/454c6ca7eaa7bae88f88392c1107a64601c42bab.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2022.

ROSSI, Pedro. Regime macroeconômico e o projeto social desenvolvimentista. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3406/1/td_2029.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado. 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/J2M/Downloads/91-Article%20Text-379-2-10-20170905%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J2M/Downloads/91-Article%20Text-379-2-10-20170905%20(1).pdf). Acesso em: 08 out. 2021.

SARAIVA, Et Al. Da grande moderação à grande recessão: algumas considerações acerca da construção e revisão do novo consenso macroeconômico. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/21775230.2019v34n70p261>. Acesso em: 07 mai. 2022.

SICSÚ, João. Keynes e os Novos-Keynesianos. 1999. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/74-6.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SICSÚ, João. Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas. 2008. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91420/1/577226851.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SICSÚ, João. Políticas não-monetárias de controle da inflação: uma proposta pós-keynesiana. 2003. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10725>. Acesso em: 24 jul. 2022.

SICSÚ, João. Relevância do Orçamento de Capital e do Planejamento no pensamento de Keynes. 2021. Disponível em:

https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_030_2021_SICS%C3%9A.pdf.

Acesso em: 23 jul. 2022.

SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/BN4xMxTZCC7VzsRmzgjHXRQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, Leonardo. A política macroeconômica brasileira no período 2003-2018: uma análise institucionalista. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/J2M/Downloads/53233-Texto%20do%20Artigo-225914-1-10-20190527%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J2M/Downloads/53233-Texto%20do%20Artigo-225914-1-10-20190527%20(1).pdf). Acesso em: 13 out. 2021.

TAVAREZ, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Desenvolvimento no Brasil - lembrando um velho tema. 2002. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1558/S338981B587_pt.pdf.

Acesso em: 29 jun. 2022.